

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Suélem Lopes Silva**

**OS EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL EM  
INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

**Santa Maria, RS**

**2017**

**Suélem Lopes Silva**

**OS EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE  
ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao  
curso de Pós Graduação em Psicologia  
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS)  
como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre  
em Psicologia**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Samara Silva dos Santos

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>Roberta Fin Motta

Santa Maria, RS

2017

**Suélem Lopes Silva**

**OS EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES  
DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao  
curso de Pós Graduação em Psicologia  
da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM,RS) como requisito parcial para obtenção  
do título de **Mestre em Psicologia**

Aprovação em 15 de Março



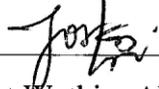
---

Samara Silva dos Santos, Dra. UFSM  
(Presidente\Orientador)



---

Dorian Mônica Arpini, Dra. UFSM  
(Examinadora\interna)



---

Josiane Lieberknecht Wathier Abaid, Dra. Unifra  
(Examinadora\externa)

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Suélem  
OS EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL EM  
INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
/ Suélem Silva.- 2017.  
70 p.; 30 cm

Orientador: Samara Silva dos Santos  
Coorientador: Roberta Fin Motta  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2017

1. Acolhimento Institucional 2. crianças 3. adolescentes  
4. proteção 5. social I. Silva dos Santos,  
Samara II. Fin Motta, Roberta III. Título.

## **Dedicatória**

Dedico este estudo as pessoas que mais amo neste mundo, que fazem e fizeram parte da minha história, que me incentivaram, me ajudaram e compartilharam comigo momentos especiais. Primeiramente ao meu pai Elder Cancio da Silva sempre incansável em me ver feliz e em me fazer feliz. A minha mãe Solange Lopes Silva que esteve sempre ao meu lado em todo este percurso acadêmico e profissional de minha vida. A minha irmã Tayná Lopes Silva, que nunca mediu esforços para me ajudar em todos os momentos significativos da minha vida. Ao meu namorado Juliano Garcia Mendes, primeira pessoa que me ajudou em todo o processo seletivo para ingressar no Mestrado e que não mede esforços para me ver feliz, obrigada por toda a compreensão neste momento especial de minha vida. A minha vó Wilma, sempre presente e disposta a conversar e tomar um mate. Ao meu querido vô Marino (in memoriam) que onde estiver sei que estará orgulhoso deste momento especial de minha formação. Aos meus queridos tios Eider Cancio da Silva e Ana Cristiane Molleta da Silva, sempre presentes em todos os momentos de minha vida, obrigada por todo o carinho, tenho vocês como meus segundos pais. A toda a equipe do acolhimento institucional de crianças e adolescentes que me acolheram para a realização deste estudo, tenho muito carinho e admiração por este trabalho que é de extrema relevância social. E principalmente aos educadores sociais que desempenham os cuidados das crianças e adolescentes em medida de proteção. As trocas e os encontros com vocês foram muito significativas, demonstrando cada vez mais a importância deste trabalho.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente aos meus pais Elder e Solange, por todo amor e carinho depositado em mim! Por nunca deixarem eu desistir, por me apoiarem e incentivarem em todos os momentos de minha vida pessoal e profissional. Amo vocês!

À minha querida e sensível irmã. Minha grande amiga e companheira de jornada, de horas de conversas e trocas. Foste essencial neste percurso do mestrado, me apoiando e incentivando sempre. Te amo muito!

Ao meu namorado Juliano Garcia Mendes, por ser sido presente neste processo de maneira tão especial. Esteve ao meu lado em todos os momentos, aguentando com toda a calma do mundo os meus momentos de agitação, angústia e de felicidade. Te amo!

À minha querida orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos, que foi um belíssimo encontro neste percurso do mestrado. Que me acolheu com todo carinho, atenção, ajuda, orientação e proteção. Transmitiu tranquilidade, tornando este percurso mais leve e afetuoso. Obrigada por todos os ensinamentos!

À minha querida co-orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roberta Fin Motta, por quem tenho profunda admiração, que me transmite seus ensinamentos e sua amizade desde a minha graduação. Obrigada por mais uma vez trilhar meu caminho e deixar o percurso mais leve!

À professora Dorian Mônica Arpini por desde a minha qualificação aceitar ser da banca examinadora e oferecer suas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

À professora Josiane Lieberknecht Wathier Abaid por ter aceitado o convite de contribuir conosco neste momento significativo da defesa da dissertação.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em psicologia (PPGP), por todo o aprendizado, atenção e incentivo por todo o acolhimento por este tempo de estudo na UFSM.

Aos colegas que ingressaram comigo no Mestrado em Psicologia\2015, por todo companheirismo nesta trajetória.

Ao meu carinhoso e afetuoso grupo de pesquisa. Cândida Dantas, Fabiana Schmitt, Luiza Maus e Jéssica Didoné, vocês foram muito especiais neste percurso, foram fundamentais, tenho orgulho da relação de carinho e aprendizagem que construímos.

À Andressa Sauzen Mayer, obrigada pela amizade, companheirismo, apoio e incentivo. Foste fundamental neste processo. Obrigada por compartilhar momentos difíceis ajudando a continuar sempre em frente.

À direção, a equipe técnica e aos educadores sociais do acolhimento institucional que me receberam para a realização desta pesquisa.

A CAPES pelo incentivo diante da realização da pesquisa.

A todos que contribuíram para a elaboração desse trabalho o meu muito obrigado!

**RESUMO****OS EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL EM  
INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES****AUTORA: Suélem Lopes Silva****ORIENTADORA: Samara Silva dos Santos****CO-ORIENTADORA: Roberta Fin Motta**

Quando a família não está sendo protetiva crianças e adolescentes, podem estar expostos a situações de risco e vulnerabilidade, então pode ser necessária a inserção em instituições como medida de proteção provisória. A função desta instituição será a de acolher e prover temporariamente os cuidados necessários às crianças e adolescentes que por algum motivo tiveram que ser retiradas de suas famílias ou que foram por elas abandonadas. A equipe constitui-se de alguns profissionais, dentre eles, os educadores sociais, que são o foco desse estudo, pois são profissionais que trabalham diretamente com a medida de proteção denominada Acolhimento Institucional. Essa dissertação quer compreender a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes pelo olhar dos educadores sociais. Foi organizada por meio de dois artigos. O primeiro artigo busca compreender como a proteção ocorre no Acolhimento Institucional. O segundo artigo trata das vulnerabilidades relacionadas ao Acolhimento Institucional. Participaram deste estudo 11 educadores sociais com idades ente 25 à 50 anos. As informações foram coletadas em uma Instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes em medida de proteção em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas semiestruturadas. As análises das informações basearam-se no modelo teórico da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). Constatou-se que a proteção ocorre no acolhimento de crianças e adolescentes mas em alguns momentos ela ainda encontra-se vulnerável, principalmente pelo fato de existir pouco investimento e qualificação aos educadores sociais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes em medida de proteção. O contexto do acolhimento de certa forma está promovendo situações de vulnerabilidade tanto para o público acolhido tanto para os educadores sociais. Destaca-se a necessidade de mais trabalhos desenvolvidos na área, assim como a qualificação dos educadores sociais, pois, para exercer a proteção às crianças e adolescentes em acolhimento os educadores sociais devem estar cada vez mais preparados para exercer este cargo de suma importância no Acolhimento Institucional. Desta forma, situações de vulnerabilidades não serão promovidas em um lugar que deve proporcionar proteção integral.

Palavras- chaves: Educadores Sociais, Acolhimento de crianças e adolescentes, Proteção;

**ABSTRACT****SOCIAL EDUCATORS AND SOCIAL PROTECTION IN CHILDREN AND  
ADOLESCENT RECRUITMENT INSTITUTIONS****AUTHOR: Suélem Lopes Silva****ADVISER: Samara Silva dos Santos****CO-ADVISER: Roberta Fin Motta**

Whenever the family is not being protective to the children and teenagers, they might have been exposed to risk and vulnerability situations, therefore, the insertion in institutions as a measure of temporary protection could be needed. The function of this institution is going to be to shelter and provide the needed carings to the children and teenagers that, by some reason had to be moved out or abandoned by their families. The team is formed by some professionals, among them, the social educators, which are the focus of this study, since they work directly with the protection measure called Institutional Reception. This paper intends to comprehend the protection of the children and teenagers by the reception, through the view of the social educators. This research has been organized with two articles. The first one aims for comprehending how the protection happens in the Institutional Reception. The second approaches vulnerabilities related to the Institutional Reception. Have taken part of this study 11 social educators aged between 25 and 50 years old. The briefing had been collected in a Institutional Reception for children and teenagers under protection measure in a inner city of Rio Grande do Sul, through semi-structured interviews. The analysis of the briefing was based on the theoretical shapes of the Grounded Theory of Data. Has been established that the protection happens in the reception of children and teenagers, but in some moments it still finds itself vulnerable, mainly because there is not much investment and qualification to the social educators, that works directly to the children and teenagers in protection measure. The reception context, in a way, is promoting vulnerability situations, as for the sheltered public as for the social educators. Points up the necessity of more developed works in the area, as more qualification to the social educators, because, to protect the children and teenagers in shelter, the social educators must be more and more prepared to fill this job extremely important in the Institutional Reception. This way, vulnerability situations will not be promoted in a place that should provide entire protection.

Key words: Social educators, reception of children and teenagers, protection.

## **SIGLAS**

C.F- Constituição Federal

CRP- Conselho Regional de Psicologia

COMDICA- Conselho de direitos da crianças e adolescente

CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social

ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social

PPGP- Programa de Pós Graduação em Psicologia

PSB-Proteção Social Básica

PSE-Proteção Social Especial

PROCAD-Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

SUAS-Sistema Único de Assistência Social

TFD-Teoria fundamentada dos dados

TFG- Trabalho Final de Graduação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. ARTIGO 1- EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA COMPLEXIDADE DO SUAS.....</b>	<b>22</b>
<b>3. ARTIGO 2- ENTRE O REAL E O LEGAL: VULNERABILIDADES NA MEDIDA DE PROTEÇÃO DENOMINADA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>43</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>
<b>6. APÊNDICE (A) Entrevista Semiestruturada.....</b>	<b>66</b>
<b>7. APÊNDICE (B) Termo de Consentimento Livre Esclarecido(TCLE).....</b>	<b>67</b>
<b>8. APÊNDICE (C) Termo de Confidencialidade.....</b>	<b>69</b>
<b>9. APÊNDICE (D) Autorização Institucional.....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

**“NÃO ME LEMBRO DE NENHUMA NECESSIDADE  
DA INFÂNCIA TÃO GRANDE QUANTO A NECESSIDADE  
DE PROTEÇÃO”**



### DO QUEBRA- CABEÇA SURGI O ESTUDO...

Ao pensar o processo deste estudo pode-se, compreender que primeiramente, ele surgiu de um compromisso ético político e social. Ou seja, ele começa a ter forma a partir dos envolvimento sociais, políticos e éticos da respectiva pesquisadora acadêmica. Está escrita, então, vem acompanhada de um montante de ideias, para que assim possa-se dar forma ao conhecimento produzido.

A presente Dissertação de Mestrado tem como tema os Educadores Sociais e o acolhimento de crianças e adolescentes que se encontram inserido no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais precisamente na Proteção Social de Alta Complexidade. A Assistência Social no Brasil encontra-se ainda hoje como um campo em transformação. Ela

transita de uma perspectiva em que o foco de compreensão da Assistência Social era dado pela benemerência, a filantropia e o assistencialismo com conotação de clientelismo político para a condição de um estatuto de política pública e de uma ação focal e pontual à dimensão da universalização. Podemos citar, que na atual conjuntura social de nosso país a Assistência Social e as políticas públicas encontra-se cada vez mais em momentos de retrocessos, e entraves sociais para a sua realização e não em plena efetivação.

Nesta perspectiva parto de que todo o estudo tem, e se constitui também, por meio da subjetividade de cada pesquisador, portanto também expressa singularidades, memórias e caminhos percorridos que foram constituídos através de pontos de vista epistemológicos, ou seja através do construtivismo social da teoria bioecológica de Brofembrener, do compromisso ético, político e social e da trajetória pessoal e acadêmica. Tratam-se de lembranças e caminhos que foram percorridos e foram significativos para a construção da presente Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Certamente essas lembranças estão guardadas e deixaram suas marcas, por isso não poderiam deixar de serem citadas, pois tem grande importância para que a presente dissertação tenha mais sentido.

Estas lembranças se constituem primeiramente a partir do percurso acadêmico da pesquisadora, no qual interessou-se e debruçou-se sobre os diferentes espaços que fazem parte das políticas públicas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Neste sentido, debruçando-se com mais profundidade sob a Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE), eixo no qual os acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes, estão inseridos (Brasil, 2009). Sendo assim o interesse por esse estudo surgiu a partir de experiências realizadas nas políticas públicas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Na graduação, o contato com a temática de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional deu-se a partir dos estágios e também da disciplina optativa intitulada “Psicologia, Política e Assistência Social”<sup>1</sup>. Posteriormente, a realização de um estágio, não-obrigatório em uma instituição de acolhimento institucional em uma cidade da região oeste do Estado do Rio Grande do Sul, foi outra experiência que contribuiu para o

---

<sup>1</sup> Disciplina optativa do curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano Psicologia Política e Assistência Social ministrada pela Professora Roberta Fin Motta

interesse nessa temática. Essa experiência possibilitou momentos, nos quais foi possível acompanhar mais de perto a dinâmica de uma instituição de acolhimento institucional, a qual abriga crianças e adolescentes, que têm seus vínculos rompidos. O Trabalho Final de Graduação (TFG), também foi direcionado à respectiva temática.<sup>2</sup>

Após concluída a formação em Psicologia, surgiu o interesse em participar das reuniões que aconteciam na Sub-Sede Centro Oeste do Conselho Regional de Psicologia (CRP), afim de, cada vez mais, compreender este âmbito de atuação. A participação nessas reuniões resultou na responsabilidade de ocupar uma cadeira de representatividade profissional junto ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), a fim de colaborar com o controle social. O contato com esses espaços de representatividade tanto no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), como, posteriormente, a suplência em um determinado período de tempo no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), fizeram por suscitar, cada vez mais, a apropriação e o desejo de aprofundar o conhecimento sobre esse contexto de atuação.

Com a aprovação na seleção de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP), os estudos relacionados a área do acolhimento de crianças e adolescentes foram aprofundados. Nesse sentido o primeiro ano do mestrado, foi um ano de muitas pesquisas e leituras para compor o problema de pesquisa e o respectivo projeto. Foram muitos momentos de orientação e discussões referente ao método a ser utilizado aos instrumentos para a realização da pesquisa e também de uma forma mais próxima da comunidade prospectando como devolver os resultados do estudo. Assim no final do primeiro ano foi realizada a banca de qualificação, junto das professoras Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dorian Mônica Arpini e da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roberta Fin Motta e da orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos, foi o momento de pensar, refletir e problematizar o trabalho realizado neste primeiro ano para que assim comesçassem a realizar a coleta de dados. Neste percurso existem algumas mudanças é uma delas significativa e de grande colaboração para a minha dissertação. A professora Dr<sup>a</sup> Roberta Fin Motta, que foi minha orientadora na graduação, agora neste primeiro momento da qualificação, foi uma das professoras da banca, por ter contribuído na banca de qualificação e também por, agora, fazer parte do grupo dos professores que trabalha no PROCAD, foi então

---

<sup>2</sup> Trabalho Final de Graduação intitulado: A Rede Socioassistencial através de uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

convidada por mim e pela professora Dr<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos para continuar participando deste processo, agora como minha co-orientadora.<sup>3</sup>

Diante deste percurso que se fez tão significativo a mim, tenho o prazer de apresentar os resultados da presente Dissertação de Mestrado que tem como objetivo geral: compreender o significado atribuído acerca da proteção pelos educadores sociais do acolhimento de crianças e adolescentes e como objetivos específicos: tem-se o intuito de conhecer a percepção dos educadores sociais sobre os trâmites legais e o percurso, que envolve o ingresso e o desligamento, das crianças e adolescente ao acolhimento institucional; e compreender a formação, a inserção e as práticas dos educadores sociais.

Com esses objetivos busco compreender os respectivos problemas de pesquisa: “ De que forma se dá a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes? Como ocorrem o trabalho dos educadores sociais para com as crianças e adolescentes inseridos no serviço? Faz-se necessário percorrer este ambiente para compreender suas demandas diárias de trabalho. E, assim, dar voz aos educadores sociais, pois são os profissionais que trabalham diretamente nas casas abrigo, portanto, tem ligação direta com a medida de proteção e com os acolhidos.

O contexto desta pesquisa e o percurso metodológico desta Dissertação serão apresentados a partir de diferentes dimensões. Primeiramente, o contexto geográfico pois esta pesquisa encontra-se inserida em um projeto de pesquisa que faz parte de um projeto maior que está sendo desenvolvido dentro do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) em parceria com outras Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Norte, Brasília e de Santa Maria. O projeto maior de pesquisa que compõe o PROCAD é intitulado “Psicologia e políticas públicas: saúde e desenvolvimento em contextos de vulnerabilidade social”, e visa ao mapeamento de psicólogos e assistentes sociais que trabalham na rede socioassistencial, na proteção básica, média e de alta complexidade, a fim de caracterizar a atuação profissional neste âmbito de atuação.

A cidade de Santa Maria possui cerca de 277 mil habitantes representados por 13 % da população do Estado do Rio Grande do Sul (RS), sendo a 5<sup>o</sup> cidade mais populosa do Estado e a 96<sup>a</sup> mais populosa do Brasil (IBGE, 2010). Considerando essas informações a justificativa pela cidade de Santa Maria\ Rio Grande do Sul compor a pesquisa se dá pelas parcerias

---

<sup>3</sup> Professora Roberta Fin Motta colaborado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFSM, Professora do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS.

instituídas pelas três universidades com os Programas de Pós Graduação, onde a pesquisa relacionada ao trabalho do psicólogo na assistência social tem sido desenvolvida. Esta respectiva pesquisa se constitui dentro desta como um projeto auxiliar.

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), é o órgão da prefeitura de Santa Maria, responsável pela coordenação das políticas públicas relacionadas as Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Atualmente, a rede de proteção da cidade é composta pelos equipamentos de proteção social de Básica, Média e Alta Complexidade. Nesse sentido sabe-se que a cidade conta com três CRAS (PSB), divididos em diferentes áreas da cidade, dois CREAS (PSM) também divididos por território e com duas instituições (PSA) que trabalham por meio de convênios e são responsáveis pelas medidas de proteção. Para a realização do presente estudo foi realizado contato com as duas instituições, mas apenas umas delas demonstrou interesse na execução da pesquisa. Atualmente é uma das instituições da cidade que através de convênios tem ligação com a Prefeitura Municipal de Santa Maria. Através deste convênio a instituição é responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e necessitam de uma medida de proteção provisória. No ano de 2015 sabe-se que a instituição trabalhou no reordenamento institucional conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Hoje as crianças e adolescentes são acolhidas em três casas lares que estão inseridas na comunidade, e mais um espaço, que funciona como casa de passagem para as crianças e adolescentes em acolhimento. Cada casa é composta por oito educadores sociais que dividem seus turnos de trabalho por horas. Ou seja, sua carga horaria de trabalha é de 12 horas por 36 horas, isso significa que se trabalha um dia e se folga no outro e assim sucessivamente. Os educadores trabalham em duplas e suas atividades são desenvolvidas por plantões. A instituição conta com um total de 24 educadores sociais na sua equipe. Através da inserção na instituição acaba-se por saber que primeiramente as crianças e adolescente chegam na instituição por intermédio da atuação do Conselho Tutelar, e, posteriormente, é realizada uma avaliação pela equipe técnica que decide para qual casa a criança ou adolescente será inserido.

Neste contexto traz-se a metodologia deste estudo. Para Minayo (2008) a metodologia diz sobre o percurso do pensamento e da pratica exercida na abordagem da realidade. Tendo em vista o objetivo do estudo guia-se a presente pesquisa pela perspectiva qualitativa de cunho descritivo e exploratório. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos em estudo a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos nele, considerando assim os pontos de vista relevantes (Godoy, 1995; Denzin & Lincoln, 2006; Minayo, 2008; Strauss & Corbin, 2008; Creswell, 2010). Dessa forma, a pesquisa qualitativa abarca não somente o sistema das

relações, mas também, as vivências das relações estabelecidas entre os atores sociais que designam significados (Minayo, 1996). Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto que ocorre e do qual faz parte sendo, então, percebido em uma perspectiva integrada. A pesquisa qualitativa não obtém uma proposta rigidamente estruturada, dessa forma pode-se usar da criatividade e da imaginação para se pensar em trabalhos que explorem novos enfoques (Godoy, 1995).

Sendo assim em relação aos participantes da pesquisa: ela teve a participação de 11 educadores sociais que atuavam em uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na cidade de Santa Maria, no ano de 2016. A Proteção Social de Alta Complexidade em Santa Maria, Rio Grande do Sul, dividia-se em 02 instituições no momento da pesquisa.

Para a construção do projeto de dissertação foi necessário debruçar na busca de materiais, artigos, periódicos e manuais para leitura para assim compreender o objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da leitura de publicações em livros, revistas impressas e eletrônica disponível na internet. Tal pesquisa contribuiu para a obtenção de informações sobre a situação atual do problema pesquisado, para o conhecimento de publicações e aspectos já abordados e para a verificação de opiniões, semelhantes e diferentes, acerca de aspectos relacionados ao tema (Gil, 2009). Após a realização do projeto de mestrado o mesmo passou pela banca de qualificação no qual foi-se atribuída as contribuições da banca para assim dar início a pesquisa.

A segunda etapa desta pesquisa se deu a partir do contato telefônico com a instituição para marcar uma reunião com a coordenadora técnica para explicar nossos intencões com o estudo. Reunimo-nos com o intuito de expor os objetivos da pesquisa, esclarecer questões referentes à execução dela e reforçar a importância da participação dos educadores sociais na pesquisa. Esta reunião aconteceu no mês de março de 2016, nas dependências da instituição com a respectiva pesquisadora acadêmica sua orientadora, a coordenadora técnica e mais uma psicóloga da instituição. Nossa proposta a instituição era a de realizar o estudo por meio de entrevistas com os educadores sociais. Para assim compreender a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes. A partir desta reunião nosso estudo foi acolhido e a pedido da instituição alguns procedimentos quanto a coleta de dados foram alterados. A ideia inicial era realizar as entrevistas para coleta de dados nas casas lares, ou seja ter o contato com os educadores sociais nas próprias casas onde estes trabalhavam. A pedido da instituição as entrevistas ocorreram na casa que funciona como referência na cidade, o que ocasionou na

necessidade de que os educadores sociais se deslocassem até a instituição para a realização do estudo.

A terceira etapa desta pesquisa ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas para obter informações dos participantes a fim deles expressarem suas práticas sobre a medida de proteção que envolve o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Entrevistas são acima de tudo encontro, conversas a dois, realizadas a partir do entrevistador para construir informações para um determinado objeto de pesquisa (Minayo, 2010). A entrevista semiestruturada é uma forma de entrevista de abordagem qualitativa, que tem como finalidade, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações do assunto explorado em questão (Bauer & Gaskell, 2008). A mesma destaca-se como uma forma de interação social que considera o uso da palavra, que se constituem através das relações humanas, por meio do qual os atores sociais constroem e buscam dar sentido a realidade (Flick, 2002; Jovechlovitch & Bauer, 2002). Com tal propósito, o roteiro de entrevista já estava pré elaborado pela pesquisa do PROCAD, mas foi-se acrescentado perguntas específicas da presente pesquisa, assegurando assim que os pressupostos estivessem cobertos na entrevista. A entrevista semiestruturada focalizou primeiramente informações gerais referente a instituição de acolhimento caracterização profissional (dados sócios demográficos, a formação acadêmica e profissional), exercício profissional (inserção, atuação e formas de trabalho) dos educadores sociais.

Por demanda da instituição as entrevistas tiveram que ser realizadas em um curto período de tempo, sendo assim a coleta de dados iniciou em abril de 2016. A instituição cedeu dois dias da semana, com turnos integrais no mês de abril, para a realização das entrevistas. Na primeira semana foram realizadas seis entrevistas. Neste primeiro momento foi disponibilizado uma sala para as entrevistas nas dependências físicas desta casa que funciona como referência na cidade e tem sido chamada também de casa de passagem. A psicóloga, técnica da instituição, era quem chamava os educadores sociais para a realização da entrevista. No primeiro dia foram realizadas três entrevistas e no segundo dia também mais três entrevista. Essas três últimas entrevistas contaram com a ajuda de uma estudante da Graduação em Psicologia, que fazia parte do grupo de estudos da pesquisa. Após a realização destas entrevistas a técnica responsável por convidar os educadores sociais para participarem da pesquisa ficou de fazer o convite para outros profissionais.

O contexto da pesquisa vem sendo desenvolvido em uma cidade que é considerada de médio porte, nesse sentido compreende-se que as pessoas se conhecem de diferentes contextos sociais. Acredita-se que esses diferentes contextos sociais podem vir a acrescentar

no momento da pesquisa pois vem a ser uma outra forma de olhar para os dados. Passamos por uma situação onde uma das técnicas da instituição me solicita para conversar, querendo explicar alguns entraves, principalmente relacionando as mudanças que tiveram que ocorrer na pesquisa, e também salienta que percebe a importância da pesquisa por tem mais força para mostrar outras possibilidades de intervenção. Diante desta oportunidade solicitei a técnica da instituição mais contatos para o estudo. A mesma se mostrou muito solícita, pois me mandou vários nomes e seus telefones, ainda disse que os profissionais e os técnicos têm uma grande comunicação através do whatsapp e que se eu utiliza-se também seria uma estratégia para conseguir acessá-los assim também disponibilizando a mesma sala para a realização das entrevistas.

No início da pesquisa os participantes eram contatados pelas psicólogas pois elas que chamavam os educadores das casas em que elas eram responsáveis. Depois acabei conseguindo contato via telefone para explicar o estudo. Assim neste segundo momento consegui o contato de mais 10 educadores sociais. Desses 10 consegui contato telefônico com 6 e desses 2 educadores tiveram interesse, e 4 não. Depois desse contato com os educadores eu ligava para a instituição para ver se existia a possibilidade de ocupar a sala que elas disponibilizaram. Mesmo os educadores se deslocando para a casa referência para a realização das entrevistas era possível mesmo que superficialmente observar um pouco da dinâmica da instituição pois ali estavam a direção, a equipe técnica, e em alguns dias presenciei familiares indo visitar acolhidos então os educadores tinham que levar as crianças até lá, acabei presenciando algumas situações dessas na instituição. No início de junho a coleta de dados já estava finalizada. Durante esse período, houve simultaneidade os procedimentos de entrevista e transcrição do material coletado.

Portanto a amostra foi realizada por 11 educadores sociais entre os 16 que obtive contato de ambos os sexos que concordaram em participar do estudo. Apenas uma participante não permitiu que a entrevista fosse gravada. Foram seguidos os procedimentos éticos para a autorização das informações colhidas na entrevista. Foram assegurados, durante a entrevista e sua gravação, o sigilo e o anonimato, além do uso nomes fictícios quando das identificações. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, com número CAAE:45151815.4.1001.5346. Para a realização da presente pesquisa foi apresentado um adendo ao projeto de pesquisa original e encaminhado ao Comitê de ética em pesquisa para nova apreciação, pois a coleta de dados foi ampliada para outro grupo de participantes (educadores sociais). Além disso, também foi disponibilizado para a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) o projeto de pesquisa do

estudo e os respectivos termos para a sua execução. A participação na pesquisa foi oficializada através da leitura e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e trinta minutos.

Como procedimento para a análise e tratamento do material coletado, recorreremos aos princípios da Teoria Fundamentada (Grounded Theory), método geral de análise comparativa, elaborada por Glasser e Strauss, no clássico livro intitulado: *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, 1967 in Strauss e Corbin, 2008.

A Teoria Fundamentada dos Dados (TFD) refere-se a um conjunto sistemático de métodos indutivos para conduzir pesquisas qualitativas, tendo como finalidade um desenvolvimento teórico. Constitui-se, sobretudo, como procedimento analítico de conhecimento da realidade social que visa, fundamentalmente, à elaboração de uma teoria. Charmaz (2009) refere que a Teoria Fundamentada adota a definição interpretativa de teoria, que enfatiza a compreensão e não a explicação. Os autores apontam que a teoria é assim denominada, porque provém de dados, obtidos durante o processo de pesquisa e, que são metodicamente reunidos e analisados, dentro desse processo (Strauss & Corbin, 2008; Charmaz, 2009). Para a análise dos dados é preciso atentar para considerações em relação ao processo: as hipóteses surgem a partir da coleta e análise desses e, não antes do investigador entrar no campo de estudo; os dados, ao mesmo tempo em que são coletados, também são analisados caracterizando uma análise constante do processo da pesquisa (Strauss & Corbin, 2008; Charmaz, 2009; Leite, Silva, Oliveira & Stipp, 2012). A teoria fundamentada dos dados tem como objetivo compreender a realidade através da percepção ou significado que certo contexto ou objeto tem para a pessoa, gerando conhecimentos que irão somar para compreensão (Dantas, Leite, Lima, & Stipp, 2009).

A utilização da TFD possibilita a construção de categorias analíticas que respeitam as características do fenômeno. A metodologia de análise das informações foi desenvolvida dentro das atividades do grupo de pesquisa que foi composto por quatro participantes sendo uma psicóloga e três estudantes de psicologia. Este grupo se reuniu desde 2015 com o intuito de estudar sobre a temática, depois aconteceu a preparação para a condução das entrevistas, posterior a preparação para as transcrições onde pôr fim toda a análise do estudo foi feita neste grupo. As pesquisadoras realizaram encontros no grupo onde se discutiu o modo de pesquisa na TFD e posteriormente ocorriam encontros para discutir analisar e codificar as

informações coletivamente. Definiu-se trabalhar em grupo por possibilitar o desenvolvimento do processo de codificação e análise de modo a perceber o conhecimento de diferentes percepções sobre as informações coletadas (Tarrozi, 2011).

O processo da análise se constitui através da codificação dos dados por meio da categorização, ou seja vai se classificar cada informação fornecida pelos participantes do estudo (Charmaz, 2009). Esse processo acontece através da codificação aberta, que significa colher uma ideia geral do texto por meio da denominação das palavras, linha ou segmento de informações, da codificação axial, que é o momento de identificar as categorias mais relevantes e inseri-las em um eixo central em torno do qual estabelece-se as relações entre categorias e subcategorias para gerar explicações mais precisas e completas sobre o fenômeno (Strauss & Corbin, 2008; Charmaz, 2009). E da codificação seletiva, que relaciona-se à integração e ao refinamento das categorias e denota os passos finais da análise. Identifica-se a categoria central em torno da qual as demais categorias desenvolvidas podem ser agrupadas e integradas (Strauss & Corbin, 2008; e Charmaz, 2009). As diferentes fases da teoria fundamentada permitem ao pesquisador fazer modificações no decorrer do processo. A amostragem teórica visa buscar e reunir dados relacionados para elaborar e refinar as categorias até a saturação (Charmaz, 2009).

No que tange sobre a saturação considera-se que foi atingido ainda antes do término de todas as entrevistas agendadas. Isso mostra que em alguns casos, constatou-se a saturação do material antes que todos os participantes tivessem sido entrevistados. Mesmo assim optou-se por realizar, ainda assim, as entrevistas.

Quanto a percepção de repetições nas entrevistas, ressalta-se que dada a complexidade do objeto de estudo, vem a ser arriscado afirmar a saturação absoluta dos dados, uma vez que cada entrevista diz de uma subjetividade, das particularidades e das características de cada participante. Após esta análise é importante expor que os resultados deste estudo são construídos em conjunto pois se constituem a partir das falas dos educadores sociais e também da construção que foi exercida junto ao grupo de pesquisa que foi composto desde o início deste estudo.

A análise, aqui, tem o propósito de contribuir para as discussões da proteção a crianças e adolescentes que encontram-se no acolhimento, pensando também na formação e qualificação profissional dos trabalhadores. Faz importante destacar que a análise aqui exposta se constitui a partir de inquietações individuais mas que se forma por anseios

coletivos tanto dos educadores sociais como da equipe técnica do acolhimento institucional. Portanto a proteção no acolhimento constitui-se por meio da inserção, formação e da capacitação dos trabalhadores da instituição que tem a função de proteger mas que podem também estar vulneráveis

Por meio deste caminho metodológico e da análise dos dados realizada através de vários debates no grupo de estudos ao longo da construção deste estudo foi possível refletir por meio da Dissertação no sentido de que: O acolhimento institucional enquanto medida de proteção tem passado por dificuldades para a realização de seu trabalho, principalmente no que tange sobre seus profissionais que trabalham diretamente com a medida de proteção. Estes profissionais precisam ser mais valorizados e capacitados para que assim tenham mecanismos para realizar um trabalho com mais qualidade. Para elucidar todas essas reflexões a presente Dissertação divide-se em dois artigos empíricos sendo eles intitulados: “A Proteção Social na Alta Complexidade do SUAS” e “Entre o real e o legal”: Vulnerabilidades na medida de proteção denominada acolhimento institucional”. Os respectivos artigos exploram os resultados desta dissertação de mestrado. Assim busca-se debater os elementos principais que dão visibilidade aos achados da pesquisa. Por fim, pretende-se retomar algumas das conclusões produzidas a partir dos dados desta pesquisa. O intuito não é o de produzir conclusões mas sim reflexões. No sentido de que devemos compreender a proteção de uma forma bem ampla no contexto do acolhimento institucional, pensando que ela deve ser promovida por todos os atores sociais assim estes trabalhadores tendo que ser mais valorizados e incentivados para que tenham os meios necessários para produzir ações de proteção e assim tanto crianças adolescentes e trabalhadores não estando em um ambiente que produza vulnerabilidades. Este tema vem tomando cada vez mais força no meio acadêmico e científico, contudo percebe-se que é necessária mais publicações e problematizações sobre a respectiva temática visto as especificidades de cada estado e região de nosso país. A conclusão deste estudo só mostra que mais caminhos devem ser trilhados para a continuidade de mais debates considerando a dinâmica desta realidade estudada e o atual cenário da assistência social em nosso país.

## Artigo 1

# EDUCADORES SOCIAIS E A PROTEÇÃO SOCIAL NA ALTA COMPLEXIDADE DO SUAS

### Resumo

Este estudo qualitativo objetivou compreender o significado atribuído acerca da proteção pelos educadores sociais do acolhimento de crianças e adolescentes. Participaram do estudo 11 educadores sociais com idades entre 25 e 50 anos. As informações foram coletadas em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul por meio de entrevistas semiestruturadas. As análises das informações, basearam-se no modelo teórico da Teoria Fundamentada dos Dados. Os resultados evidenciaram que a proteção no acolhimento tem ocorrido, ainda, de forma fragilizada, pautando-se nos cuidados básicos como higiene e alimentação. Os participantes descreveram que muitas vezes se sentem inseguros para lidar com a demanda emocional que faz parte de seu trabalho. O investimento em capacitações e qualificação profissional pode ser uma estratégia para o melhor desenvolvimento do trabalho. Ressalta-se a necessidade de mais estudos voltados a esta área no sentido de estes profissionais que tem papel importantíssimo na proteção de crianças e adolescente.

Palavras-chaves: proteção; acolhimento; crianças e adolescentes educadores sociais;

### Abstract

This qualitative study aims to comprehend the meaning attributed to the protection executed by the social educators in the reception of children and teenagers. Have taken part on the study 11 social educators aged between 25 and 50. The briefing have been collected in a reception institution for children and teenagers at a country town in Rio Grande do Sul, Brazil, through semi-structured interviews. The data analyses have been based on the Grounded Theory of Data. The results evidence that the protection in the reception has still been occurring in a fragile manner, being guided by basic health care, such as hygiene and nutrition. The participants describe that they felt unable to do their work functions. Must be emphasized the necessity of a larger number of studies directed to this area, having as subjects these professionals who play an essential role in the protection of children and teenagers.

Keywords: protection, reception, children and teenagers, social educators,

## **Introdução**

No Brasil, encontram-se em medida de proteção, seja em abrigos ou casas lares, o significativo número de 29.321 crianças e adolescentes. Já em programas de acolhimento familiar o número registrado é cerca de 1.019 portanto, mais de 30.000 crianças e adolescentes estão afastados do convívio familiar por diferentes tipos de violência (Brasília,2013). Pensando neste significativo número de crianças e adolescentes que encontram-se com os vínculos familiares rompidos buscou-se compreender o significado atribuído acerca da proteção a partir das respostas dos educadores sociais de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Segundo Moreira (2014), compreender as medidas protetivas de acolhimento institucional implica em entender que se trata de uma história em movimento e não de um produto finalizado.

Ao longo da história, compreende-se que a inserção de crianças e adolescentes em instituições pressupõem dificuldades sociais, econômicas e políticas da sociedade como um todo relacionadas as práticas de cuidado (Benetti & Calcing, 2014). As legislações brasileiras voltadas à infância e adolescência, em situação de abandono e de vulnerabilidade social, sofreram alterações ao longo do tempo. Nesse sentido, constata-se que ocorreu um vasto processo de reformulações a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e das políticas que se constituíram por meio desse instrumento (Moré & Sperancetta, 2010). Todas essas mudanças sendo amparadas pela Doutrina de Proteção Integral.

O ECA estipula que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e deveres. Dentro dos direitos fundamentais, pode-se citar o direito à vida e à saúde, à convivência familiar e comunitária. Entretanto, quando um desses direitos, por exemplo, não for atendido, faz-se necessário executar medidas de proteção. Sendo assim, se for necessário, podem ser inseridos em locais de abrigo como medida de proteção, e estratégia excepcional e provisória (Rocha & Carvalho, 2014). O acolhimento institucional é uma medida de proteção social, funcionando como um instrumento de política social, ou seja, deve oferecer assistência à criança e ao adolescente que se encontram sem os meios necessários a sobrevivência (moradia, alimentação, saúde e educação) (Rizzini & Rizzini, 2004).

As instituições que abrigam crianças e adolescentes devem estar em constante articulação com as famílias para que em um curto período de tempo os pais tenham condições de reassumir a responsabilidades sob os cuidados de seus filhos (Rocha & Carvalho, 2014). O estudo de Prada (2007) destaca que em alguns momentos as instituições de acolhimento também podem violar os direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos, mas no papel de

uma medida de proteção social provisória deveria ser o de oferecer um lugar de amparo e apoio social.

Desse modo, é necessário refletir que a história de vida das crianças e adolescentes geram marcas em seu desenvolvimento, ou seja, em alguns momentos, a chegada ao acolhimento pode se tornar um episódio traumático somado a fatores anteriores e ao afastamento do convívio familiar (Cavalcanti, Magalhães & Pontes, 2009). Os resultados do estudo de Marzol, Bonafé e Yunes (2012), salientam que a instituição de acolhimento se constituirá em ambiente de proteção se os educadores sociais proporcionarem apoio de interação positiva associado a espaços lúdicos relacionados a brincadeiras, proporcionando assim um ambiente de desenvolvimento saudável.

Sendo assim, este estudo abordara primeiramente quem são os profissionais que trabalham com a medida de proteção, que envolve o acolhimento institucional, como os mesmos se inserem neste ambiente de trabalho, sua formação e capacitações e, posteriormente, a forma como eles percebem a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes.

## **Método**

O estudo tem por natureza uma concepção de cunho descritivo exploratório, com ênfase na metodologia qualitativa. A pesquisa ocorreu com a colaboração de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Entre abril a junho de 2016 foram realizadas as entrevistas com os profissionais que exerciam a função de educadores sociais no serviço em questão por meio de um roteiro semiestruturado com a intenção de compreender o significado atribuído a proteção no acolhimento.

Participaram deste estudo um total de 11 educadores sociais com idades entre 25 e 50 anos, com tempos de trabalho entre menos de um mês até cerca de cinco anos de trabalho. É importante ressaltar que no momento da coleta de informações, a instituição tinha cerca de 24 educadores sociais. Inicialmente, o contato com os participantes ocorreu por meio da coordenação técnica da instituição e, posteriormente, a pesquisadora conseguiu fazer contato via telefone com os educadores sociais para convidá-los a participar da pesquisa. Foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após a assinatura dos participantes e entregue a cada um uma cópia do documento.

A entrevista foi composta por 16 questões divididas em temas relacionados ao local de trabalho, funcionamento da instituição, dados sociodemográficos, inserção, formação e práticas dos educadores sociais. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas respeitando o sigilo dos participantes. O estudo seguiu todos os preceitos éticos relativos a pesquisas com seres humanos, tendo sido certificado pelo comitê de ética em pesquisa (CEP\UFSM), sob o protocolo CAAE: 45151815.4.1001.5346. Por entender a importância da função dos educadores sociais na medida de proteção, atrelamos seus nomes a pedras preciosas.

O viés de análise foi realizado pela Teoria Fundamenta, que se refere a um conjunto sistemático de métodos indutivos para conduzir pesquisas qualitativas, tendo como finalidade um desenvolvimento teórico. Constitui-se, sobretudo, como procedimento analítico de conhecimento da realidade social que visa, fundamentalmente, à elaboração de uma teoria. Charmaz (2009) refere que a Teoria Fundamentada adota a definição interpretativa de teoria, que enfatiza a compreensão e não a explicação. Os resultados deste estudo foram agrupados em dois temas centrais, na expectativa de responder duas questões: Quem são os educadores sociais? e A Proteção no Acolhimento Institucional?

Tabela 1. Descrição dos participantes do estudo

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Formação Complementar	Tempo de trabalho
Ágata	25 anos	F	Formação técnica	_____	8 meses
Ametista	27 anos	M	Ensino Superior Completo	_____	3 anos
Olho de Tigre	32 anos	F	2ª grau Completo	_____	3 anos
Ônix	38 anos	F	2ª grau completo	_____	5 meses
Pedra da Lua	42 anos	F	Ensino Superior Completo	_____	1 ano e 3 meses
Jade	42 anos	F	2ª grau completa	_____	6 meses
Pérola	45 anos	F	Ensino Superior Completo	Pós Graduação em Educação Especial	25 dias
Quartzo Rosa	45	F	Ensino Superior	_____	1 ano e 6 meses

Topázio	46	F	2ª grau completo	_____	1 ano
Turmalina	49 anos	F	Ensino Superior Completo	_____	1 ano e 2 meses
Turquesa	50 anos	F	2ª grau completo	_____	5 anos

\*Os nomes dos participantes são fictícios foram atrelados a pedras preciosas;

### Resultados e discussões

A partir da análise das entrevistas foi possível dividir o material em duas grandes categorias temáticas. Para assim tornar-se mais clara a compreensão e organização. A primeira categoria foi intitulada **Quem são os educadores sociais?** E a segunda categoria **A proteção no acolhimento institucional**

Ressalta-se que as categorias proposta vêm ao encontro das entrevistas realizadas, pensou-se na separação a fim de esclarecimentos através dos pontos mais significativos que elencam os objetivos propostos neste estudo.

Tabela 2. Divisão e definição das categorias e sub categorias do estudo

<b>Categorias</b>	<b>Definições</b>
<b>Quem são os educadores sociais?</b>	Apresentação de quem são os profissionais que ocupam a função de educadores sociais no acolhimento de crianças e adolescentes.
<i>Subcategorias</i>	
Formação	Apresentação da formação profissional dos educadores sociais.
Inserção	Descrição da inserção e aproximação dos profissionais na instituição de acolhimento de crianças e adolescentes.
Capacitação	Apresentação de como e quando ocorrem capacitações no acolhimento de crianças e adolescentes para os profissionais.
<b>A proteção no acolhimento institucional</b>	Descrição de como a proteção acontece no acolhimento institucional de crianças e adolescentes
<i>Subcategorias</i>	
Significado de Proteção?	Apresentação do significado de proteção a partir da Política de Assistência Social
Proteção como cuidado	Apresentação de como os educadores sociais compreendem a proteção no

	acolhimento de crianças e adolescentes .
--	--

### **Quem são os educadores sociais?**

Nesta primeira categoria apresentam-se os profissionais que exercem a função de educadores sociais. Nesta categoria foram analisados aspectos referente à inserção, a formação e a capacitação dos profissionais que trabalham diretamente com a medida de proteção denominada acolhimento institucional.

Constatou-se que quem trabalha nas casas são predominantemente mulher com idades entre 25 a 50 anos. No momento da coleta de dados entrevistamos apenas um homem. O tempo de trabalho variou de 25 dias até 5 anos de trabalho. Os profissionais relataram receber cerca de R\$900,00 e exercerem outra função como renda complementar. A grande maioria dos entrevistados não trabalha na instituição a muito tempo. Este fato pode demonstrar certa rotatividade no quadro de profissionais que pode ser provocada pelas condições de trabalho e pelo baixo salário(Moreira,2016).

Os educadores salientaram que suas práticas são realizadas por meio de atividades de cuidados. Pode-se inferir que esta atividade esteja sendo associada ao gênero feminino, pelo grande número predominante de mulheres na função. Estes profissionais tem como responsabilidade acompanhar o dia- dia das crianças e adolescentes que estão no acolhimento, sendo responsável por suas atividades de saúde, alimentação higiene, apoio escolar, ou seja pelo acompanhamento de suas atividades, além de propiciar momentos lúdicos de interação entre o educador e os acolhidos (Avoglia, Silva & Mattos,2012; Marzol, Bonafé e Yunes, 2012). Nesse sentido quando se pergunta quem são os educadores sociais os participantes da pesquisa explicam serem os profissionais que trabalham dentro das casas-lares com os acolhidos, a maioria dos participantes relata exercer inúmeras atividades em seu trabalho. [...] *Se trabalha 12 horas mas cerca de 10 horas por dia se é solicitado pelos acolhidos* [...]. (Agatá, 25 anos)

*[..] “tu tá com o bebê, com médio e adolescente. Aí quando tu acalma o nenê é o médio pra dormir, eles resolvem escuta música. Ou quando tu acalma os adolescentes, o bebê acorda. Daí tipo, tu tem que dá atenção pra todo mundo no mesmo tempo”.* (Olho de Tigre, 32 anos)

As falas das participantes acabam por demonstrar que existe certo cansaço relacionado a suas práticas diárias de trabalho. Nesse sentido constata-se que a imagem do educador social está relacionada ao profissional que se movimenta o tempo todo em sua rotina de trabalho na tentativa de dar conta das demandas em que é solicitado pelas crianças e adolescentes em acolhimento (Cavalcante & Corrêa, 2012). O trabalho do educador social parece então ser uma função um pouco desgastante no sentido de que se é demandado para orientar e acompanhar diferentes crianças em diferentes fases do desenvolvimento. Nessas situações, demandas relacionadas à atenção podem provocar desgastes tanto físico quanto emocional aos educadores (Fyhr, 2001). Estes profissionais, por exigência da instituição, dividem suas atividades de trabalho em 12 horas por 36 horas, isso significa que ao trabalhar em um dia folga-se no outro. Estas atividades são desenvolvidas no formato de plantões divididos por duplas. Segundo Brasil (2009), aconselha-se que as instituições de acolhimento evitem a divisão das atividades dos educadores sociais em plantões pois caracterizam-se trocas significativas dos cuidados básicos das crianças e adolescentes acolhidos.

Para compreender melhor quem são os educadores sociais é interessante expor a formação e a inserção destes profissionais na instituição de acolhimento no sentido de procurar estabelecer possíveis relações entre esses profissionais e a medida de proteção, objetivo de um acolhimento institucional. Assim, busca-se compreender as nuances relacionadas a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes em medida de proteção.

### **Formação**

Referente a formação dos educadores sociais constatou-se que cinco educadores têm formação superior na área de educação, um profissional tem formação técnica e cinco educadores têm o ensino médio completo. Do ponto de vista da legislação o educador social deverá ter no mínimo a formação de nível médio, capacitações específicas para trabalhar em instituições de abrigo e também experiências em atendimento a crianças e adolescentes (Brasil, 2009). A partir dos relatos dos participantes nas entrevistas foi possível compreender que esses educadores sociais, estavam trabalhando nesta função por uma oportunidade que apareceu, pois esta não era a primeira opção de trabalho. Para alguns profissionais nunca havia lhes ocorrido a possibilidade de trabalhar nesta função, outros relataram que a partir de experiências pessoais de vida envolvendo algum tipo de violência, esta opção de trabalho

surgiu como uma forma de lidar com a experiência e assim ajudando quem passa por essa situação atualmente.

### **Inserção dos educadores sociais**

Sobre a inserção no ambiente de trabalho os educadores explicaram que chegaram a esse trabalho de diferentes formas como: *Anúncios de jornal*, (Agatá, 25 anos, Perolá 45 anos) *indicação*, (Onix, 38 anos; Jade, 42 anos) *contato pessoal*, (Topazio, 46 anos; Ametista, 27 anos) *Atividade voluntária* (Olho de Tigre, 32 anos; Quartzô Rosa, 45 anos, Topázio, 46 anos) *ou por exercer outra função na instituição e virar educador social*” (Turmalina, 49 anos, Turquesa, 50 anos).

A partir das diferentes formas de inserção no trabalho pode-se compreender que a seleção de profissionais ocorre de forma diferenciada. Segundo Brasil (2009), um processo de seleção criterioso dos profissionais que irão atuar nos serviços de acolhimento é de suma importância para que assim exista uma equipe qualificada e com perfil adequado para função. Compreende-se como características favoráveis aos profissionais motivação para a função, aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes, capacidade de lidar com a frustração e separação, disponibilidade afetiva, empatia, criatividade, flexibilidade, estabilidade emocional entre outros (Brasil, 2009). A partir destas características ressalta-se o quanto é importante o papel do educador social em uma instituição de acolhimento, pois esse muitas vezes fica apenas atrelado aos cuidados básicos dos acolhidos, quando poderia ser destacado o papel fundamental que deveria desempenhar no desenvolvimento de crianças e adolescentes, que se encontram em medida de proteção. O educador acaba se tornando uma referência as crianças e adolescentes acolhidos, pois é o profissional que mais tempo passa junto a eles e tem responsabilidades relacionadas a seu dia-dia, sua rotina, seu desenvolvimento, brincadeiras e interações, são estes que devem observar suas manifestações de angústia, ansiedade, alegrias e dificuldades (Elage, 2010; Nogueira & Costa, 2005). O educador social é muito importante no acolhimento de crianças e adolescentes, mas compreende-se que pela dinâmica de trabalho da instituição a inserção deste profissional ainda acaba ocorrendo de diferentes forma o que pode caracterizar-se como uma forma ainda frágil da inserção de profissionais.

Nesse sentido é importante destacar que o acolhimento institucional se constitui como medida de proteção e que os cuidados direcionados aos acolhidos serão realizados pelos educadores sociais, pois quando a criança é afastada de seu lar ela passará a ser cuidada diretamente por esses profissionais (Avoglia, Silva, & Mattos, 2012; Brito & Souza, 2011). O

momento de contratação de profissionais não deve ser uma tarefa fácil para os técnicos da instituição, mas mesmo assim deve-se reconhecer que este é um momento de pensar estratégias de seleção para este cargo que é de suma importância pois é nele que se deve promover proteção integral a quem teve os direitos violados.

Por muitos anos no Brasil, os serviços de acolhimento foram geridos e tinham entre seus profissionais principalmente pessoas voluntárias e religiosas, aos poucos esta realidade tem mudado, mas ainda hoje existe a prevalência da concepção de que basta ser uma pessoa boa para ter perfil para esta função (Brasil, 2009). É pertinente dar visibilidade aos profissionais que atuam neste contexto, quando se considera a importância de qualificações profissionais assim percebendo as necessidades e os direitos das crianças e adolescente que se encontram na medida de proteção assim exercendo uma atuação conjunto com o Sistema de Garantias de Direitos (Ribeiro, Oliveira, Pinto, & Melo, 2013). Desse modo salienta-se a importância de um processo seletivo aos profissionais que vão ingressar em uma instituição de acolhimento, pois estes terão um papel fundamental junto a medida de proteção. Assim a contratação de pessoas que tenham perfil para essa função é de extrema importância, pois pode-se de fato exercer uma medida de proteção com qualidade já que estes tem função direta a ela.

### **Capacitação**

No que se refere à capacitações, os educadores sociais afirmaram que não há na instituição uma periodicidade de tais atividades, mas ressaltaram que a equipe de trabalho está sempre disponível a eles. Afirmaram ter uma boa relação com os técnicos e com a direção da instituição. Conforme as falas: *“Essas formações acontecem de forma bem esporádica, quando alguém ta disponível vem e fala sobre suas experiências na área”*.(Ametista 27 anos).

*“A gente tem formação neh, a gente tem conhecimento do ECA, e das outras leis que regem o acolhimento institucional, a equipe técnica também da formações de vez em quando até porque a gente tem uma relação bem forte com elas, então se precisa de algo pode acessar elas”*. (Olho de Tigre, 32 anos)

*“Quando eu entrei não tive nenhuma preparação nenhum curso, mas a equipe sempre passa alguma coisa, mas em conversas assim sabe, não em forma de curso. Como eu entrei como cozinheira quando virei educadora eu já sabia algumas coisas de olhar neh, mas fui me formando mesmo fazendo, vendo como é na casa”*. (Onix, 38 anos.)

*“Olha assim desde que eu to aqui a 1 ano é meio, curso eu não fiz, não tive, mas a equipe técnica sempre tenta ajuda, se eu tenho dúvida se não sei o que fazer elas são sempre bem dispostas, eu também tento procurar coisas por fora neh, a gente sempre tenta ta em contato com tudo de novo que tem sobre o tema.”.(Quartzo Rosa, 45 anos).*

Dada a importância da medida de proteção que é o acolhimento institucional compreende-se que é essencial que os profissionais tenham momentos de capacitações para que estes consigam exercer seu trabalho. Nesse contexto ressalta-se a importância de momentos em que os profissionais tenham a oportunidade de refletir sobre sua atuação de trabalho, e que também possam trocar experiências com os demais colegas e de expor suas dificuldades (Bandeira, Koller, Hutz, & Forter, 1995; Moré & Speranceta, 2010). Por ser um trabalho que lida diretamente com violação de direitos, ou seja, que de alguma forma sofreram algum tipo de violência destaca-se a necessidade de capacitações que possibilitem ao profissional mecanismos para lidar com essas situações de seu cotidiano de trabalho (Ribeiro et.al, 2013). Pelas falas dos participantes pode-se destacar que eles salientam a boa relação com os demais profissionais da instituição, mas que também estes acabam por não oferecer capacitações com uma certa frequência o que pode prejudicar as atividades dos profissionais. Assim por meio das entrevistas entende-se que eles sinalizam que seria necessária a execução de mais atividades voltadas para a formação profissional até mesmo quando uma participante diz que:

*[...]”Eu cheguei agora neh, mas eu acho que o educador social tinha que ter uma qualificação, uma formação antes de começar a trabalhar de fato, eu não tive nada e vejo que meus colegas não tiveram também, e aqui todo mundo vai fazendo como da, como acha que deve ser”[...]. (Onix, 38 anos)*

A partir desta fala pode-se constatar a preocupação do educador com a necessidade de formações continuadas no intuito de se realizar um trabalho efetivo e com qualidade, assim sendo necessária estratégias para o desenvolvimento de seu trabalho. Constatou-se que no Brasil 58% dos serviços de acolhimento institucional, capacitam seus funcionários no início de suas atividades nas instituições, para que assim tenham mais mecanismos para lidar com seu público (Brasília, 2013).

A capacitação inicial deve ter por objetivo inserir o profissional no serviço e na equipe, permitindo assim que acompanhe os diferentes momentos da rotina de trabalho no acolhimento. Sendo assim, é importante que seja oferecida uma capacitação inicial de

qualidade e que seja reforçada por meio das formações continuadas, principalmente, aos profissionais que têm contato direto com as crianças, adolescentes e suas famílias (Brasil, 2009). Bazon e Biasoli Alves (2000), afirmam a importância de curso de formação, oficinas, capacitações e de espaços para que os educadores compartilhem suas dúvidas, angústias e experiências diárias e que assim tenham e recebam um acompanhamento mais periódico referente às suas atribuições no acolhimento.

Para que se possa garantir qualidade e efetividade nas formações continuadas é relevante que os horários que os profissionais possam estar em cursos, reuniões e seminários estejam no planejamento das organizações de trabalho, ou seja, estejam inseridos no projeto político pedagógico (Brasil, 2009). Entende-se que o contexto institucional de proteção a crianças e adolescentes, que estavam em situações de risco, exige constância e manejo, ou seja, o que pode sobrecarregar os profissionais de forma a não suportarem trabalhar na função por muito tempo (Abaid, Dell’Aglia, & Bittencourt, 2011).

Compreende-se que os estudos relacionados a esta área também poderiam fundamentar estratégias de capacitação e qualificação de educadores e demais profissionais de acolhimento (Cavalcante & Correa, 2012). Ressalta-se o valor de uma formação continuada aos educadores sociais, pois por meio desta pode-se buscar a consciência social em prol do bem-estar dos acolhidos, considerando mais uma vez a relação dos profissionais ao desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos no sentido de que a capacitação também trará subsídios para a efetivação de um ambiente de proteção.

### **A proteção no acolhimento institucional**

Nesta segunda categoria apresenta-se a compreensão das questões que englobam a proteção na instituição de acolhimento e o significado de proteção por meio da percepção dos educadores sociais. Acredita-se ser importante destacar que esta problematização ocorre por perceber a importância da medida de proteção denominada acolhimento institucional e assim também poder compreender o significado atribuído pelos educadores sociais.

Parte-se da perspectiva que o acolhimento institucional encontra-se inserido na Proteção Social de Alta Complexidade (Brasil, 2010). O mesmo configura-se como uma das medidas de proteção estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA requer que as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes funcionem por meio dos

princípios da Doutrina de Proteção Integral, com o intuito de substituir o caráter assistencialista nos atendimentos, por um serviço de viés emancipatório e que vise à cidadania, autonomia e garantia de direitos (Figueiró, 2012).

A legislação (Brasil,1990) indica a colocação de crianças e adolescentes em instituições de abrigo, de forma provisória e excepcional, somente quando se encontram em situação de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual. Deve portanto ser um espaço de proteção provisório e excepcional para crianças e adolescentes, cujos vínculos familiares e comunitários foram rompidos, ou seja, em situações de risco pessoal e social e que tiveram seus direitos violados (Brasil, 2009). Sendo assim é importante destacar as falas dos participantes deste estudo no que diz a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes que:

*“[...]O acolhimento oferece proteção a quem tem os direitos violados, mas eu acredito que na medida do possível neh até por questões de dinheiro neh, mas assim o básico eles tem, uma comida quentinha, um banho bom, mas a gente sabe que deveria ter muito mais[...]” (Pérola, 45 anos)*

*“[...] O acolhimento de crianças e adolescentes é destinado a execução da medida de proteção, voltadas a crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência física, psicológica e maus tratos, acredito que se faz o máximo possível para oferecer algo bom e acolhedor a essas crianças em sofrimento” [...](Turmalina,45 anos)*

Por meio das falas dos participantes pode-se inferir que a proteção no acolhimento institucional acaba por ainda se constituir pelas necessidades básicas dos acolhidos a questões mais práticas e de fácil resolução como o preparo de uma refeição e de um banho. Conforme a literatura especializada, o acolhimento institucional se faz necessário quando a família ou os responsáveis pela criança ou adolescente não tem conseguido efetivar o desenvolvimento dos seus filhos e também quando o Estado, então não atua eficazmente, por meio de políticas públicas e sociais na garantia da proteção social da família (Brasil, 2004, Brasil, 2009) Por meio das entrevistas é possível identificar que para esses educadores sociais a proteção é viabilizada pelo atendimento às necessidades básicas de alimentação, higiene e vestuário. Apesar de acolher as necessidades básicas de cada criança e adolescente deixando-as limpas e alimentadas, os educadores sociais devem compreender as necessidades e particulares de cada acolhido, mas compreende-se que estas atribuições só serão reconhecidas pelos profissionais

no momento em que estes possuem momentos de supervisão, orientação e preparo assim estes momentos sendo oferecidos pelos técnicos das instituições (Nogueira & Costa, 2005).

Neste momento de acolhimento, as crianças e adolescentes não estão somente esperando voltar para casa ou serem inseridas em uma nova família. Este é um momento importante em seu desenvolvimento, pois mesmo a medida sendo transitória ela deve auxiliar as crianças e adolescentes em seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional e a conquistarem sua autonomia. Dessa forma, entende-se que para o acolhimento institucional oferecer proteção é essencial que não se pense apenas nas necessidades básicas dos acolhidos e que se amplie este olhar e assim também se estabeleça uma relação afetiva com os educadores sociais. Estes profissionais desempenham uma função central no desenvolvimento destes jovens, terão o papel de orienta-los e protege-los, constituindo-se assim modelos identificadores (Avoglia, Silva & Mattos, 2012 ).

Desta maneira compreende-se que proteger e fortalecer os vínculos familiares e comunitários é um desafio constante para o Estado e para a sociedade, principalmente pelas desigualdades sociais que tem interferido nas relações sociais e vem se expressando por meio de riscos e vulnerabilidades no cotidiano da vida das pessoas (Janczura, 2008). Constata-se então que um dos maiores desafios das políticas sociais para a infância e adolescência tem sido transformar o que é proposto para a realidade cotidiana, promovendo, assim, a autonomia e a inclusão social de crianças e adolescentes (Luvizaro & Galheiro, 2011) Nesse sentido reverbera o quanto é tarefa difícil para os órgãos de proteção efetivarem de fato uma política pública, no sentido de que a rotina de um acolhimento que trabalha diretamente com uma medida de proteção é dinâmico. Isso significa que muitas situações ocorrem na mesma hora, assim efetivar legislações acaba sendo uma tarefa complexa, pois são muitas atividades assim mais uma vez não se tendo muitos mecanismos para a execução do trabalho. Entende-se que são inúmeros os fatores determinantes para a proteção no acolhimento ser realizada, mas fato importante é destacar que ela pode ocorrer nos diferentes contextos do acolhimento institucional e por todos os profissionais que têm contato com os acolhidos. A medida de proteção, que é o acolhimento institucional, tem papel fundamental no desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, pois contribui para a garantia de direitos destes pensando em seus cuidados básicos, afeto e em sua autonomia.

### **Significado de Proteção**

O entendimento de proteção que se propõe discutir nesse estudo está ancorado na definição proposta pela assistência social, ou seja, como uma política de proteção social, na qual em conjunto com a saúde e a previdência social, integra a previdência social (Cruz & Guareschi, 2012). A partir desse conjunto a assistência social constitui-se por políticas e programas direcionados para a população pobre. Ou seja, afasta-se do viés do benefício e passa a ser uma política de direitos (Oliveira & Paiva, 2013). Esse é o início da passagem da caridade para a noção de direito e de cidadania da assistência social, com caráter de política pública e de proteção social (Cruz & Guareschi, 2012). Em um quadro de crise e de lutas por políticas sociais mais qualificadas é que surgiu a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que possibilitou um novo modelo de Assistência Social, por meio de um sistema descentralizado e participativo, uma política de proteção social.

Então uma política de proteção social deve prover ações preventivas e protetivas para quem encontra-se em vulnerabilidade, risco ou dano social, assim tendo que promover proteção social básica e especial (Sposati, 2007). Nesse sentido está subcategoria surgiu a partir da percepção do significado de proteção aos educadores sociais e de que esse significado esta atrelado a formas de cuidado.

### **Proteção como cuidado**

Esta segunda subcategoria foi pensada a partir da proteção como cuidado, no sentido de que os participantes deste estudo atrelaram a proteção a diferentes formas de cuidado. Conforme as falas: [...]”Proteção é o amor que surge das nossas relações diárias, com por exemplo o amor que a cozinheira deposita ao fazer a refeição para as crianças e adolescentes acolhidos[...]” (Pérola, 38 anos). [...]”Proteção é dar carinho e é o que eu tento fazer aqui, por mais que as vezes tenham acolhidos que não aceitem essas relações de carinho[...]” (Olho de Tigre 32 anos,). [...]”A proteção também ocorre pela própria orientação do dia-a-dia da casa, então a gente orienta nas atividades diárias , por exemplo antes de vir eu estava ajudando os acolhidos a arrumarem o guarda roupa[...]” (Pedra da Lua, 42 anos). [...]”Amparo, carinho, isso é proteção, tudo que for necessário para o bem estar deles no tempo que eles estiverem aqui[...]” (Turqueza, 50 anos). [...]”Proteção é cuidar deles, é proteger através das nossas atividades na casa, promovendo um espaço bom, não gritando, é dar afeto[...]” (Turmalina, 49 anos).

Segundo os participantes, a proteção se constituiu no acolhimento por meio das relações diárias que a casa lar demanda, ou seja, a partir das necessidades de alimentação, lazer dos acolhidos, o carinho, o amparo e o cuidado surgem posteriormente como formas de afeto, pois segundo os participantes enquanto as crianças e adolescentes estiverem na instituição eles devem receber estes cuidados. Estar inserido no acolhimento como medida de proteção, diz de um período significativo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, atravessado por marcas da história pessoal de cada um. Compreende-se então que a mudança de sua casa para uma instituição pode se configurar como um momento emocionalmente difícil para as crianças e adolescentes, pois se deparar com um ambiente diferente, rotinas diferentes, pessoas novas e situações distintas das já vividas por eles (Elage, 2010).

Ressalta-se que proteger crianças e adolescentes no sentido de proporcionar-lhes condições para o seu pleno desenvolvimento junto de suas famílias e da comunidade ou, então, por meio de cuidados temporários, quando afastados de seu convívio familiar, devem ser exercidas através de ações que superem atos de generosidade, benesse e caridade (Brasil, 2004). Crianças e adolescentes podem ter diferentes manifestações ao ingressarem em acolhimento, tendo em vista o afastados da família de origem. Tais manifestações podem envolver: falta de apetite, choro, evitação ao contato de pessoas estranhas, falar sem parar, por exemplo, e é importante que os profissionais fiquem atentos a esses comportamentos, auxiliando-os a superar e demonstrando aos acolhidos que a instituição pode ser um lugar de proteção que vai cuida-los, ampara-los e ouvi-los. As crianças e adolescentes podem superar suas desconfianças no novo ambiente de cuidados por meio das relações com o outro, ao se sentirem acolhidos, amparados, compreendendo o acolhimento como um lugar de proteção e de segurança (Elage, 2010). Nesse sentido, esta fala explica também a importância da afetividade neste ambiente de cuidado.

*A maioria está aqui porque teve algum problema, então por isso eu digo que tem que tratar eles com carinho, pois ai vamos estar protegendo e amparando eles, já que eles chegam aqui por situações de violência, aqui não podemos continuar isso (Agatá, 25 anos).*

Esta fala explica a importância de que as relações com as crianças e adolescentes acolhidos devem ser pautadas através de relações de afetividade, pois estas crianças e adolescentes já tiveram seus direitos violados e neste caso o acolhimento deve promover esse espaço de cuidado. Nesse sentido a possibilidade de se conhecerem relações pautadas por meio de relações de afeto tem grande impacto de transformação na vida dos acolhidos (Paludo

& Sonogo, 2014). Estabelecer relações afetivas contribui para o manejo com situações adversas, por meio do apoio emocional criado na relação, pode vir a ajudar o indivíduo a superar situações de stress (Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006). Quanto maior as relações de afeto mais chances as crianças e adolescente têm de se tornarem adultos socialmente independentes. Compreende-se que as experiências das crianças e adolescente no acolhimento devem ser associadas a segurança, orientação e a transformação social e estas atribuições estarão sempre interligadas a quem cuida, ou seja, neste caso, quem está diretamente relacionado aos cuidados são os educadores sociais (Avoglia, Silva, & Mattos, 2012; Britto & Souza, 2011; Marzol, Bonafé, & Yunes, 2012). Pode-se, então, afirmar que a proteção enquanto forma de cuidado está diretamente ligada aos educadores sociais, pois eles são os profissionais que mais têm contato no dia-a-dia com crianças e adolescentes acolhidos, participando ativamente do desenvolvimento do público acolhido. Pode-se complementar que todas as relações que os indivíduos estabelecem com outras pessoas, adquiridas por meio dos contatos nos microssistemas nos quais se inserem, podem assumir papel de apoio e de proteção (Elage, 2010; Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006).

Nesse sentido, a criança ou adolescente que teve seus direitos violados necessita de um espaço onde ocorra uma troca afetiva, um espaço onde possa expressar suas emoções. Para isso, os profissionais precisam ter disponibilidade e preparo para olhar e escutar as crianças e ou adolescentes acolhidos. Nessa questão os educadores sociais que participaram do estudo salientam que percebem a importância de oferecer carinho, afeto e amparo. Isto significa que os educadores sociais percebem a importância de que o acolhimento ofereça os diferentes cuidados as crianças e adolescentes, mas por vezes é mais fácil oferecer os cuidados de higiene e alimentação por não se sentirem muito preparados para a separação com os acolhidos. Os profissionais deste estudo relataram que a constituição de vínculo com os acolhidos trás sofrimento quando ocorre o retorno para casa. Para se promover proteção é relevante olhar para os acolhidos com singularidade, oferecer uma escuta diferenciada, compreendendo cada situação e proporcionando caminhos. Assim, não se deve querer que os acolhidos deixem suas histórias anteriores ao acolhimento (Albonoz, 2009; Arpini, 2013). Estar disponível e pronto para escutar angustias, frustrações e inseguranças das crianças ou adolescentes é oferecer proteção e também tornar-se referência as crianças e adolescentes acolhidos. Também acredita-se que a proteção deve ser oferecida nos diferentes serviços do SUAS, pois deve ser realizada nos diferentes serviços da rede tanto de assistência, saúde e educação.

### **Considerações Finais**

Este estudo qualitativo objetivou compreender o significado atribuído acerca da proteção pelos educadores sociais do acolhimento de crianças e adolescentes. Participaram do estudo 11 educadores sociais com idades entre 25 e 50 anos, com tempos de trabalho entre menos de um mês até cerca de 5 anos de trabalho. As informações foram coletadas através de entrevistas semiestruturadas, realizadas nas dependências da instituição de acolhimento. As análises das informações tiveram como base o modelo teórico da Grounded Theory ou Teoria Fundamentada dos Dados (TFD).

Os resultados evidenciam que a proteção na instituição de acolhimento deve acontecer desde o início em que a criança ou adolescente são acolhidos na instituição, ou seja desde seu primeiro contato. Proporcionando deste o primeiro contato com a instituição cuidado e proteção as crianças e adolescentes que em muitos momentos chegam com sensações de medo, angustia, raiva. Nesse sentido para que se possa exercer os cuidados necessários e saudáveis as crianças e adolescentes que encontram-se em medida de proteção provisória é fundamental que os educadores sociais recebam capacitações quando ingressam na instituição e no decorrer de seus trabalhos e que assim os profissionais tenham subsídios para entenderem a necessidade da observação a cada acolhido de forma não mecanizada. Evidencia-se que os educadores tem o cuidado de acolher, orientar e proteger os acolhidos, mas em alguns momentos estes dizem não se sentir tão preparados para essas atribuições, principalmente quando alguma criança ou adolescente será desligada da casa, os profissionais afirmar se sentirem despreparados para esta transição.

Destaca-se que os cuidados direcionados as necessidades básicas são de suma importância, mas para que se realize uma proteção efetiva é necessário também identificar as necessidades particulares de cada criança e adolescente. Segundo as orientações técnicas todos os profissionais que atuam no acolhimento são e devem se perceber educadores por atuarem com as crianças e adolescentes (Brasil, 2009). Pode-se, então, inferir que por se destacar os cuidados básicos, como a higiene e a alimentação, a proteção aos acolhidos está sendo entendida como papel apenas dos educadores sociais por serem os profissionais que atuam dentro das casas lares. Sendo assim, constata-se por meio das entrevistas que a proteção acontece na medida do possível. Pois em alguns momentos ela não consegue ser efetivada totalmente. Até mesmo por questões burocráticas e de recursos.

Assim em alguns momentos o cuidado na instituição de acolhimento não compreendendo a necessidade de promover espaços de desenvolvimento humano, construção social e cidadania. Ressalta-se que a partir dessas fragilidades tanto as crianças e adolescentes, quanto os educadores sociais podem encontrar-se em vulnerabilidades, pois não encontram os subsídios necessários para desenvolver seu trabalho. Pode-se constatar que em comparação com as primeiras instituições para crianças e adolescentes do Brasil, a atual instituição tem apresentado melhorias na proteção de crianças e adolescentes pensando principalmente em relação as novas legislações implantadas desde os anos 80. No entanto, o acolhimento ainda apresenta falhas principalmente em relação ao seu corpo de funcionários pensando na pouca qualificação e na precária socialização das crianças e adolescente com a comunidade e em projetos sociais da rede do município.

Este estudo pretende chamar a atenção para a necessidade de realização de mais pesquisas que contemplem os educadores sociais das instituições de acolhimento. Ressalta-se que foram achados poucos estudos nesta área. Salienta-se assim a importância de olhar para estes profissionais que tem papel importantíssimo na proteção de crianças e adolescente que encontram-se em medida de proteção, assim buscando uma qualificação continuada para a melhor compreensão das demandas relacionadas as suas funções e para com as crianças e adolescentes em acolhimento.

Ressalta-se aqui que a discussão de mais capacitações foi um dos achados desta pesquisa assim compreendendo sua importância para este âmbito de trabalho, mas ao mesmo tempo compreende-se que esta qualificação também não dará conta de todas as demandas. O comprometimento com a medida de proteção deve ser exercido desde as esferas políticas pois para a execução destes serviços de proteção União, Estado e Município tem papel fundamental. Assim promovendo um trabalho que deve-se ser contínuo a todos os profissionais que trabalham na rede de proteção a crianças e adolescentes. Como limitações deste estudo podemos citar o pouco tempo disponibilizado pela instituição para a realização das entrevistas e o deslocamento dos profissionais que aceitaram participar, pois o intuito das pesquisadoras era junto as entrevistas conhecer as casas onde os profissionais atuavam, mas não sendo permitido pela instituição.

## Referências

Abaid, J. L. W. Dell’Aglío, D.D. & Bittencourt, M. F. (2011) Cuidadores sociais na parentalidade contemporânea: aspectos legais e psicológicos. In: Jaeger, F. P., Kruehl, C. S. & Siqueira, A. C. (org). *Parentalidade e Contemporaneidade: Os desafios para a psicologia*. Santa Maria: Editora do Centro Universitário Franciscano, p.173-194.

Albornoz, A.C. 2009. Psicoterapia com crianças institucionalizadas. In: M.G.K. CASTRO; A. STURMER (eds.), *Crianças e adolescentes em psicoterapia: A abordagem psicanalítica*. Porto Alegre, Artmed, p. 274-285

Avoglia, H.R.C; Silva, A.M; Mattos, P.M.(2012). Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. *Revista Mal- Estar e Subjetividade*, Fortaleza, Fo, v.XII, n1-2, p. 265-292.

Bandeira, D. R.; Koller, S. H.; Forster, L. (1995). Desenvolvimento psicossocial e profissionalização: Uma experiência com adolescentes de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica* (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, RS, v. 9, n.1, p. 185-207.

Benetti, S. P. d. C. & Calcing, J. (2014). Acolhimento institucional: um olhar sobre a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade. In: Arpini, D. M.; Cúnico, S. D. (Orgs.) *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Curitiba:Juruá.

Cavalcante, L. I. C. & Correia, L. d. S (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituições de acolhimento infantil. *Rev. Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.146, p-494-517 maio\ago.

Brasil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União.  
Brasil.(2004).Política Nacional de Assistência Social. Brasília: *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome*.

Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Conselho Nacional de Assistência Social-CONANDA. Brasília.

Brasil. (2010). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília, DF.

Brasília (2013). Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país. *Conselho Nacional do Ministério Público; Relatório da Infância e Juventude*. Resolução nº71\2011.

Brito, V. C. & Souza, C. J. (2011) Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicologia Teoria e Prática*, vol 13 n (1), p. 89-100.

Cavalcante, L. I. C. & Correia, L. d. S (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituições de acolhimento infantil. *Rev. Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.146, p-494-517 maio\ago

Cavalcante, L. I. C.; Magalhães, C. M. C; Pontes, F. A. R. (2009). Processo de saúde e doença em crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, n.2, p615-625.

Cruz, L. R. d. Guareschi, N. (2012). Articulação entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social. In: Cruz, L. R. d. Guareschi, N. (Orgs). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Rio de Janeiro: Vozes.

Charmaz, K. A. (2009). Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: *Artmed*.

Elagé, B.(2010). Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento / [coordenação da publicação Dayse C. F. Bernardi] . -- 1. ed. -- São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, (Coleção Abrigos em Movimento)

Figueiró; M.E.S.d.S. (2012). *Acolhimento Institucional: a maioria e o desligamento*. In. Martha Emanuela Soares Figueiró. Jundiaí, Paco Editora, p.15-123.

Fyhr, G.(2001) Residential institutions requestind supervision: a theoretical analysis of na empirically studied problem. *Child and Family Social Work*, v. 6, n. 1, p. 59-66.

Janczura, R.(2008). Risco ou vulnerabilidade social? *Texto & Contexto* (Porto Alegre), v..11,n.2p.301-308.

Luvizaro N. A; Galheigo, S. M. (2011) Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 22, n. 2, p. 191-199, maio/ago. 2011. 191

Marzol, R. M. Bonafé, L. Yunes, M. A. M. (2012). As perspectivas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento sobre os cuidados protetores. *PUCRS-Psico*. v.43, n.3. Porto Alegre jul/set p.317-324.

Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria nacional de assistência social. (1993) Sistema Único de Assistência Social- *Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília.

Moré, C. L. O., Speranceta,, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade* 22 (3), 519-528.

Moreira, M. I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito a convivência. *Rev. Psicologia & Sociedade*. n. 26, p. 28-37.

Moreira,M.I.C(2016) . Trabalhadoras e trabalhadores nas casas de acolhimento institucional: diagnósticos e perspectivas. In: Moreira.M.I.C, Passos, A.P.C.P.P, Almeida.V.d.P.(org).*Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional*. 1 ed Curitiba, PR: CRV, p.15-42.

Nogueira,P.C., Costa, L.F. (2005). A criança, a mãe social e o abrigo: Limites e possibilidades. *Rer Bras Cresc Desenv Hum*. N.15 3Ed, 36-48.

Oliveira, I. F, Paiva, I. L. (2013). Os desafios para a articulação entre o sistema de garantia de direitos e o sistema único de assistência social. In: Cruz, L. R. da; Rodrigues, L. Guareschi, N. M. F. (org). *Interlocuções entre a Psicologia e a política de assistencial social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 131-148.

Paludo,S.S. Goulart, J. S.; . Apadrinhamento Afetivo: Construindo laços de afeto e proteção. *Psico (PUCRS*. Impresso), v. 45, p. 35-44, 2014.

Prada, C. G. (2007). Avaliação de um programa de práticas educativas para monitores de um abrigo infantil. *Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação Especial*, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

Ribeiro.F.M.L. Oliveira.Q.B.M. Pinto.L.W. Melo.A.A.C.d.A (2013). O trabalho e os trabalhadores dos SAI. In: Assis, S.G.d.A. Farias.L.O.P.(org). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. Editora Hucitec,p.111-160.

Rizzini, I. Rizzini, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso Histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2004.

Rocha, G. V. M. d. Carvalho, E, G. d. (2014). Estratégias para avaliação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional: Reflexões a partir de um levantamento com vítimas de maus tratos e abandono. In: William, L. C. de A. & Habigzang, L. F. (orgs). *Crianças e adolescentes vítimas de violência: prevenção, avaliação e intervenção*. Curitiba: Editora Juruá, p. 144-159

Siqueira, A. C.; Betts, M & Dell A'glio, D. (2006). A rede de Apoio Social e Afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*\Interamerican Journal of Psychology, 40 (2), 1,10.

## ARTIGO 2

### **“ENTRE O REAL E O LEGAL”: VULNERABILIDADES NA MEDIDA DE PROTEÇÃO DENOMINADA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”.**

#### Resumo

Este estudo qualitativo objetivou compreender a percepção dos educadores sociais sobre as vulnerabilidades que ocorrem no acolhimento institucional. Participaram deste estudo 11 educadores sociais com idades entre 25 a 50 anos. As informações foram coletadas em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul através de entrevistas semiestruturadas. As análises das informações, basearam-se no modelo teórico da Teoria Fundamentada dos Dados. Os resultados apontam que o acolhimento institucional parece encontrar-se vulnerável principalmente em relação as condições e a organização do trabalho dos educadores, aos recursos das casas e em relação aos direitos das crianças e adolescentes acolhidos. Acredita-se que essas vulnerabilidades acabam por fragilizar as atribuições do acolhimento enquanto medida de proteção a crianças e adolescentes que já tiveram seus direitos violados pelos diferentes tipos de violência.

Palavras- chaves: Acolhimento, medida de proteção, fragilidades, crianças e adolescentes;

#### Abstract

This qualitative study aims to comprehend the perception of the social educators about the vulnerabilities that happen in the Institutional Reception. Have taken part on the study 11 social educators aged between 25 and 50. The briefing have been collected in a reception institution for children and teenagers at a country town in Rio Grande do Sul, Brazil, through semi-structured interviews. The analysis of the briefing was based on the theoretical shapes of the Grounded Theory of Data. The results indicates that the institutional reception seem to find itself vulnerable mainly related to the conditions and the organization of the work of the educators, to the resources of the houses and in relation to the rights of the children and teenagers sheltered. It's believed that this vulnerabilities end up to weaken the attribution of the reception while protection measure to the children and teenagers that already had their rights violated by different types of violence.

Keywords: reception, protection measure, weakness, children and teenagers

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é o de problematizar as vulnerabilidades que ocorrem no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. E de certa forma refletir sobre a violação de direitos que as crianças adolescentes acolhidas e os profissionais podem vir a sofrer. Pensando essas vulnerabilidades pelo olhar dos educadores sociais que são os profissionais que trabalham diretamente com a medida de proteção e que tem sofrido especialmente com a precarização do trabalho e com os recursos disponíveis para desenvolver suas práticas de trabalho.

Primeiramente destaca-se que o conceito de vulnerabilidade social se constitui a partir de uma soma de fatores, ou seja por baixa renda, ausência ou precarização do trabalho, acesso precário a serviços de saúde e da assistência social nas quais as condições básicas de vida podem ser aspectos produtores de vulnerabilidades (Brasil, 2004; Romagnolli, 2015). A vulnerabilidade pode ser definida a partir de uma situação em que os recursos e habilidades se encontram insuficientes e inadequados (Abromovay,2002). Sabe-se que existem diferentes conceitos atrelados a vulnerabilidade optou-se por partir do conceito que a política de assistência social abarca pensando então que a vulnerabilidade se constitui por meio de uma soma de fatores que não estão sendo acessados de forma satisfatória. Nesse sentido faz-se uma discussão contextualizando a Assistência Social no Brasil.

A assistência social é ainda marcada historicamente por uma não política(Couto, Yazbrk & Raicheles,2010). Com a implementação da Constituição Federal de 1988 a assistência social foi implementada junto a seguridade social sendo oferecida a quem dela necessitar tirando essa responsabilidade da esfera individual e transpondo para a esfera social pública. Assim apenas em 1993 foi regulamentada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece os princípios e diretrizes das ações da Assistência Social organizada por um sistema descentralizado e participativo composto pelo poder público e pela sociedade civil (Brasil, 2010).

Somente em 2004 é que ocorre a consolidação da Política Nacional de Assistência Social(PNAS) que permitiu a criação do Sistema Único de Assistência Social em 2005 como uma nova organização agora não focando mais em ações assistencialistas e clientelistas (Oliveira, Amorin 2006). Suas principais finalidades são o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais (Brasil,2010). Portanto

constata-se que esta política se destina a população que vive em situação de vulnerabilidade decorrentes das desigualdades social e da pobreza com acesso restrito aos serviços públicos.

Desta maneira a Proteção Social do SUAS se envolve com as fragilidades, vulnerabilidades e riscos que os cidadãos e as famílias enfrentam no cotidiano de suas vidas por imposições sociais, econômicas políticas e culturais( Brasil, 2010). O grande foco da assistência social é que ela deixe de ser caracterizada por ações imediatistas e pontuais e passe a ser uma política de cidadania amparada pelo Estado por meio das três esferas do governo e da sociedade civil assegurando assim um padrão de vida mínimo aos cidadãos que necessitam. A Proteção Social do SUAS se efetiva por meio da Proteção Social Básica (PSB), Proteção Social Especial (PSE), de média e alta complexidade. A Proteção Social de alta complexidade por meio das instituições de acolhimento e as vulnerabilidades que podem ocorrer neste serviços são o foco deste estudo.

A Proteção Social Especial (PSE), refere-se a serviços mais especializados, designados a pessoas em situação de risco pessoal ou social, de traço mais complexo, assim, diferencia-se da proteção social básica, por se tratar de atendimentos dirigidos as situações de violações de direitos (Brasil, 2010). A PSE oferece atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar. Os serviços vinculados a PSE visam garantir a proteção integral de indivíduos ou familiares em situação de risco pessoal e social, cujos vínculos estão fragilizados ou foram rompidos. Estes serviços devem garantir o acolhimento em ambientes com estrutura física adequada, com condições de moradia, higiene, segurança e privacidade, buscando sempre o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários por meio do desenvolvimento da autonomia (Brasil, 2009). Devem ter caráter provisório e excepcional portanto as crianças e adolescentes não devem permanecer por longos períodos em acolhimento (Brasil, 2009).

A medida de proteção denominada acolhimento institucional de crianças e adolescentes que se encontram em situação vulnerabilidade social e ou risco por violação de direitos provocada por algum tipo de violência e prevista pelo Estatuto da Criança e do adolescente como a sétima medida de proteção. (ECA,1990). A medida de acolhimento institucional de crianças e adolescentes faz parte do Sistema Único de Assistência Social(SUAS) considerando-se como uma ação de alta complexidade envolvendo a proteção

de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que sofreram algum tipo de violação de seus direitos.

Pensando sobre o papel da medida de proteção na vida das crianças e adolescentes acolhidos a partir das entrevistas realizadas com os educadores sociais de uma instituição de acolhimento que tem lugar nas medidas protetivas desenvolvidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi possível compreender que em alguns momentos pode-se estar também ocupando lugares de vulnerabilidade. Sendo assim este estudo abordará as vulnerabilidades relacionadas as condições e organizações de trabalho, vulnerabilidades relacionadas a recursos do SUAS e vulnerabilidades relacionadas aos direitos da crianças e do adolescentes.

### **Método**

Constitui-se de um estudo de cunho descritivo exploratório, com ênfase qualitativa. O campo de investigação se deu em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. No período de março a junho de 2016 foram realizadas entrevistas com os educadores sociais do serviço em questão, cujo objetivo desse estudo em específico foi compreender a percepção dos educadores sociais sobre as vulnerabilidades que ocorrem no acolhimento institucional de crianças e adolescentes que encontram-se em medida de proteção que surgiu a partir das entrevistas.

Participaram um total de 11 educadores sociais com idades entre 25 e 50 anos, com tempos de trabalho entre menos de um mês até cerca de 5 anos de trabalho. No momento da coleta de informações, a instituição tinha em seu quadro de profissionais cerca de 24 educadores sociais. Inicialmente, o contato com os participantes ocorreu por meio da coordenação técnica da instituição e, posteriormente, a pesquisadora conseguiu fazer contato telefônico com os educadores sociais para convidá-los a participar da pesquisa.

A entrevista foi composta por 16 questões divididas em questões relacionadas ao local de trabalho, funcionamento da instituição, dados sociodemográficos, inserção formação e práticas dos educadores sociais. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas respeitando o sigilo dos participantes.

As análises das entrevistas foram feitas pela teoria fundamenta que refere-se a um conjunto sistemático de métodos indutivos para conduzir pesquisas qualitativas, tendo como finalidade um desenvolvimento teórico. Constitui-se, sobretudo, como procedimento analítico

de conhecimento da realidade social que visa, fundamentalmente, à elaboração de uma teoria. Charmaz (2009) refere que a Teoria Fundamentada adota a definição interpretativa de teoria, que enfatiza a compreensão e não a explicação. Os resultados deste estudo estão divididos em três grandes temas centrais relacionados as vulnerabilidades no acolhimento de crianças e adolescente sendo eles: **Vulnerabilidades relacionadas as condições e organizações de trabalho, Vulnerabilidades relacionadas a recursos do SUAS e vulnerabilidades relacionadas aos direitos da crianças e do adolescentes.** O estudo seguiu todos os preceitos éticos relativos a pesquisas com seres humanos, tendo sido certificado pelo Comitê de Ética em pesquisa (CEP\UFSM), sob o protocolo CAAE nº 45151815.4.1001.5346. Foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e entregue a cada participante da pesquisa uma cópia do mesmo. Por compreender a importância dos educadores sociais na medida de proteção que o acolhimento institucional exerce foi atrelados seus nomes fictícios a pedras preciosas.

Tabela 1. Descrição dos participantes do estudo

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Formação Complementar	Tempo de trabalho
Ágata	25 anos	F	Formação técnica	_____	8 meses
Ametista	27 anos	M	Ensino Superior Completo	_____	3 anos
Olho de Tigre	32 anos	F	2ª grau Completo	_____	3 anos
Ônix	38 anos	F	2ª grau completo	_____	5 mes
Pedra da Lua	42 anos	F	Ensino Superior Completo	_____	1 ano e 3 meses
Jade	42 anos	F	2ª grau completa	_____	6 meses
Pérola	45 anos	F	Ensino Superior Completo	Pós Graduação em Educação Especial	25 dias
Quartzo Rosa	45	F	Ensino Superior	_____	1 ano e 6 meses
Topázio	46	F	2ª grau completo	_____	1 ano
Turmalina	49 anos	F	Ensino Superior Completo	_____	1 ano e 2 meses
Turquesa	50 anos	F	2ª grau completo	_____	5 anos

\*Os nomes dos participantes são fictícios e foram atrelados a pedras preciosas;

### **Resultados e Discussões**

A partir da análise das entrevistas dividiu-se o material em três grandes categorias temáticas. Para ser composto de uma forma mais organizada e de fácil compreensão. As categorias foram intituladas: **Vulnerabilidades relacionadas as condições e organizações do trabalho, Vulnerabilidades relacionadas a recursos do SUAS e Vulnerabilidade relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes.**

As categorias foram compostos por meio de uma analogia com a questão da vulnerabilidade e\ou risco a partir das narrativas nos educadores sociais. A divisão das categorias foi criada por meio das entrevistas realizadas pensou-se na separação para ser mais fácil a compreensão e também por ser um dos passos da proposta utilizada para análise dos dados.

Tabela 2: ilustrativo das categorias

<b>Categorias</b>	<b>Definições</b>
Vulnerabilidades relacionadas as condições e organização do trabalho;	Apresentação das vulnerabilidades relacionadas as condições e organizações do trabalho pelos educadores sociais que trabalham no acolhimento de crianças e adolescentes.
Vulnerabilidades relacionadas a recursos do SUAS;	Apresentação das vulnerabilidades relacionadas aos recursos do SUAS pelos profissionais que trabalham na medida de proteção.
Vulnerabilidades relacionadas aos direitos das crianças e adolescentes;	Apresentação das vulnerabilidades que tem ligação os direitos das crianças e adolescentes que encontram-se na medida de proteção denominada acolhimento institucional.

### **Vulnerabilidades relacionadas as condições e organizações do trabalho**

Nestas primeiras categorias foram apontados pelos educadores sociais vulnerabilidades relacionadas as suas condições e organização de trabalho. Compreende-se que as condições e a organização do trabalho estão atreladas a qualidade como as funções são exercidas. Ou seja deve ser proporcionado aos profissionais condições para exercer seus cargos e assim satisfazer os requisito organizacionais e sociais para ocupar a

função.(Fleuri,2011). As fala a seguir estão de acordo com o proposto, pois os profissionais relatam que as condições e a organização do trabalho encontram-se frágeis no acolhimento pois a demanda de trabalho é grande.

*[...] “O trabalho depende da dupla que ta contigo no plantão;”[...] (Topazio,46 anos).*

*[...]”Olha o trabalho aqui é exaustivo, é muita coisa, muita criança e de todas as idades neh”[...]. (Olho de tigre,27 anos).*

*“[...]Eu particularmente não fui a favor das mudanças das casa, o reordenamento neh! Hoje eu trabalho com todas as idades de crianças e dos dois sexos neh, isso é muito complicado é muita coisa para nós, cansa muito é desgastante” [...] (Pedra da Lua,42 anos)*

Nesse sentido podemos destacar que os profissionais parecem estar vulneráveis as suas condições e a organização do trabalho pois verbalizam por meio das diferentes falas que necessitam de mais apoio junto a seu trabalho. A vulnerabilidade pode-se constituir pela exposição a riscos e pela baixa capacidade material, simbólica e comportamental dos sujeitos em enfrentar e superar desafios (Carneiro & Veiga, 2004). Assim por meio das narrativas dos participantes pode-se constatar que o trabalho tem ocupado um lugar marcado por incertezas e por um sentimento de impotência diante de suas atribuições diárias. Nesse sentido o processo de viver estando cada vez mais marcado por incertezas e vulnerabilidades que as pessoas encontram-se expostas (Santos, Vieira, Assuite, Gomes Meirelles & Santos;2012). Os profissionais acabam então por verbalizar que se sentem frágeis em relação as suas atribuições e que também percebem que o trabalho acaba por provocar um desgaste físico e emocional, assim os profissionais o denominando como desgastante e exaustivo.

O reordenamento institucional é uma adequação necessária ao que consta na política de assistência social, portanto questiona-se de que forma esta mudança foi trabalhada junto aos profissionais, pois dependendo da forma como ocorreu é claro que vai ser percebida como uma situação desgastante. Pode-se também inferir que a organização do trabalho por meio de plantões e as mudanças provocadas a partir do reordenamento como o fato de as casas serem mistas e com crianças e adolescentes de todas as idades podem ser fatores que contribuam para um desgaste físico e emocional aos educadores sociais. Por esses fatores o trabalho do educador pode ser compreendido como atividade desgastante pois ele é constantemente requisitado por diferentes crianças ou adolescentes, essa demanda por atenção constante pode provocar tanto um desgaste físico quanto emocional (Veríssimo, 2001; Cerisara,1996; Flyhr,2001;Melchiori e Biasoli-Alves 2001;Santos &Bastos,2002).

Destaca-se então que o ambiente de trabalho e as suas condições podem ser vistos também como um dispositivo de sobrecarga física, mental, cognitivo e emocional, pois podem mobilizar estruturas internas dos profissionais assim prejudicando o enfrentamento e o manejo das situações do acolhimento de crianças e adolescentes (Britto & Souza, 2011). Verifica-se a recorrência de sentimentos que traduzem uma certa insatisfação e frustração com as condições e organizações de seu trabalho, principalmente pelo grande número de funções que competem aos educadores e ao número de crianças e adolescentes de diferentes sexos acolhidos. Esses pontos associados a insatisfação, a frustração e ao grande número de atribuições relacionadas aos educadores, só fomenta o quanto deve-se capacitar e olhar para estes profissionais que cuidam, ou seja aprimorar os níveis de atenção a esses que lidam diariamente com questões tão complexas e delicadas (Barros & Naiff, 2015; Ribeiro, Oliveira, Pinto & Melo, 2013; Bazon & Alves 2000; Martines & Chaves; 2007; Moreira, 2016a). Os próprios trabalhadores vivenciam condições instáveis em seu ambiente de trabalho e podem vir a ter seus direitos violados em seu trabalho. Isso significa que se compartilha da precariedade do serviço sendo trabalhador ou usuário (Pereira, Freitas & Dias, 2016). Nesse sentido concorda-se com os resultados do estudo de Moreira (2016a), que destaca ser fundamental cuidar de quem cuida isso significa que não se pode deixar vulnerável aqueles que estão diretamente encarregados ao bem estar das crianças e adolescentes acolhidos.

O interessante é que mesmo os profissionais caracterizando o seu trabalho como algo que está provocando uma certa sobrecarga os profissionais salientam ter uma boa relação no trabalho com as suas equipes de referência. Ou seja em alguns momentos parece que identifica-se situações não só de estresse e de desvalorização no trabalho. Assim o trabalho podendo ser entendido como fonte que promove saúde mental dos homens e mulheres e também como condições que geram sofrimento e prazer, provenientes da organização do trabalho (Dejours, 1992). Conforme as falas a seguir relacionadas a relação com a equipe de trabalho:

*[...] “Assim a equipe está sempre disponível a gente tem uma comunicação muito boa a toda hora” [...]. (Ametista, 27 anos)*

*[...] “A gente conversa aqui ou pelo whats também, isso é bem legal” [...]. (Onix, 42 anos)*

*[...]”Ultimamente ta bem tranquilo, tem uma conexão bem boa entre nós e a equipe técnica, eles nos ajudam a lidar com tudo isso.”[...]. (Quartzo Rosa, 42 anos)*

*[...]”A gente conversa, as vezes a gente ta em apuros, a gente corre nelas, já chama no whats se elas já foram embora ou se não da para descer aqui.”[...].(Agatá, 25 anos)*

*[...]”Depois que a gente saiu do lar e foi para as casas, a equipe técnica ficou um pouco mais longe, ficamos mais sozinho neh, ai a gente tem adotado o whatsapp para se falar, então la tem os grupos das casas. Ai o acesso fica bem bom, qualquer coisa corre ali para se falar.[...]”(Turqueza,50 anos)*

*[...]As vezes acontecem coisas na casa que tu não ta preparado que tu não sabe o que fazer, ai o que se faz eh chamar a equipe e correr para que elas nos amparem e sempre elas ajudam[...].”(Jade,42 anos).*

Por meio das falas pode-se contatar que os educadores sociais percebem a relação com a equipe técnica como boa pela comunicação que conseguem exercer. Os mesmos salientam que ainda em alguns momentos não se sentem preparados para lidar com situações que ocorrem nas casas. No momento desta pesquisa fazia pouco tempo que o reordenamento havia acontecido na instituição. Isso significa que por conta dessa situação os profissionais estavam se adaptando e podiam estar se sentindo um pouco inseguros por conta das mudanças institucionais. Relacionado a essas questões os participantes relataram utilizar a tecnologia como ferramenta para ter a equipe mais perto.

O trabalho dos educadores sociais se configura como atividade de alta exigência cognitiva, afetiva e emocional, assim compreende-se ser necessário a utilização de estratégias que minimizem o desgaste no trabalho(Dias,2016). Uma minimização deste desgaste pode ocorrer por meio do trabalho em equipe. Deve-se entender que trocando com a equipe o trabalho pode-se torna mais viável e menos desgastante. A utilização da comunicação por meio do aplicativo de whatsapp é uma forma de troca junto a equipe.

Diante do exposto pode-se dizer que se está atravessado por políticas públicas que encontram-se em construção a partir disto se buscam estratégias para o desenvolvimento das atividades assim o aplicativo de whatsapp sendo uma delas. Portanto fica-se entre o real e o legal relacionado a implementação destas políticas públicas, mas se compreende que o cuidado com o educador não pode ser provisório nem temporário (Dias,2016). Acredita-se

que ele deve ser contínuo para que assim os trabalhadores tenham condições de promover uma medida de proteção que ocupe um lugar de reflexão na realidade destes que foram expostos a riscos e vulnerabilidades.

### **Vulnerabilidades relacionadas aos recursos do SUAS**

Esta segunda categoria se constitui por meio das falas dos educadores sociais relacionadas a vulnerabilidade no sentido de recurso para realização de atividades com as crianças e adolescentes nas casas. Tratam-se de recursos materiais que possam dar subsídios para o melhor funcionamento das atividades com os acolhidos. Conforme descrito nas falas a seguir:

*[...]”A nossa casa ainda não tem computador, as outras tem, nós ainda continuamos esperando”[...] (Turmalina, 49 anos)*

*[...]”As estruturas todas mudaram depois do reordenamento, mas recursos assim, a gente não tem muito, equipamentos para as atividades [...]” (Olho de tigre, 38 anos)*

*[...] Nós os educadores tentamos dar um jeito. Levamos materiais de casa as vezes”[...]”.(Topazio, 46 anos)*

*[...]”Nos educadores nos juntamos e compramos dvd pras crianças olharem, uma colega vai nos camelo e compra. Esses são os nossos recurso, vamos inventado daqui, dali”[...] (Jade, 42 anos)*

Estas falas acabam por demonstrar que a partir das mudanças previstas pelo reordenamento, parece que a instituição iniciou a reformulação pelas estruturas físicas das casas. Todos os educadores entrevistados ressaltaram que as casas são muito boas e amplas. Sem dúvida as estruturas físicas das casas são de suma importância para o bem estar das crianças e adolescentes em acolhimento, mas ao mesmo tempo deve-se pensar em quais outros fatores também são determinantes para seu desenvolvimento.

Isso significa que desde o surgimento do ECA começa a se pensar em reordenar a forma de trabalho e a estrutura física das instituições de acolhimento. Deixa-se de pensar apenas em espaços onde as crianças eram abandonadas e passa-se a operacionalizar por meio de ambientes que vissem o desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos (Siqueira & Del’Aglio, 2006). Com a implementação do reordenamento nas instituições buscaram-se mudanças no

tamanho dos abrigos, ou seja, agora deve-se trabalhar com unidades pequenas (Brasil, 2009). Isso significa trabalhar com poucas crianças com mais participação em atividades na comunidade, preservação do grupo de irmãos sem separação de sexo, redução de tempo de permanência nos abrigos e manutenção dos vínculos familiares (Abaid, Siqueira & Del'Aglio, 2012).

As falas demonstraram que no momento da pesquisa a instituição passava por mudanças, ou seja, mesmo a implementação do reordenamento sendo pensada desde 1990 junto ao ECA, nesta realidade foi executada no final de 2015. Isso demonstra que as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes vêm passando por constantes transformações ao longo dos últimos anos (Rizzini & Rizzini 2004; Silva 2004). Estas falas só comprovam que alterar o cotidiano dessa instituição não se configura como tarefa fácil.

O ECA representa um marco histórico que faz emergir transformações que devem ser realizadas nas relações do dia-a-dia a partir de seus pressupostos básicos (Arpini, 2016). Reitera-se mais uma vez, que a função da medida de proteção que o acolhimento exerce tem que garantir a proteção necessária a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. É fundamental a noção de direito neste contexto, pois se trabalha diretamente com os direitos seja na prática dos profissionais e na intervenção com os acolhidos (Pereira, Freitas & Dias, 2016). A intervenção é pautada por meio dos direitos. Assim é necessário refletir pois a dificuldade de acessar os atendimentos oferecidos na instituição por questões de locomoção, ou seja falta de recursos para chegar a este local, é uma forma de também violar estes direitos e de demonstrar que se está inserido em um sistema precarizado.

Conforme fragmentos a seguir:

*[...]”A casa que eu trabalho é bem longe da instituição, então sem carro e bem difícil vir para os atendimentos com a psicóloga e a assistente social[...]”(Turmalina, 49 anos)*

*[...] “os acolhidos da casa que eu trabalho, não participam do asema, porque é longe e fica difícil o acesso.”[...]. (Turqueza, 50 anos)*

*“[...]”A gente vem a pé com as crianças para os atendimentos, as vezes tu traz 2, 3 junto por questão de locomoção”[...].(Turmalina, 49 anos)*

Estes fragmentos acabam por demonstrar fragilidades relacionadas a proteção das crianças e adolescentes. Estas fragilidades podem ocorrer pelo repasse de papéis no sentido que este serviço é de responsabilidade do Estado, e neste caso ele é oferecido por uma organização não governamental que assume esta proteção por meio de convênios com o município. A modalidade de convênios entre a prefeitura e entidades para a prestação de serviços na assistência social é uma forma de efetivar a precarização dos serviços e de suas ações, o que influencia negativamente e diretamente no cotidiano do trabalho (Pereira, Freitas & Dias, 2016). A terceirização dos serviços pode trazer graves consequências para as políticas públicas pois as ações se fragmentam por meio de prazos contratuais implicando em descontinuidade e rompimento de vínculo (Raichelis, 2010). Por esses motivos pode-se então não ter condições de desenvolver as atividades conforme as orientações técnicas. Isso significa que a falta de recursos financeiros é fator fundamental para se continuar violando direitos e assim também se impede o desenvolvimento de intervenções e ações mais contínuas pelo gerenciamento criado a partir de terceirizações (Engler, 2012). Portanto compreende-se que tanto o repasse de recursos como o investimento na consciência política a participação dos conselhos de direitos para a efetivação do controle social por meio das gestões públicas é essencial para a realização de um atendimento de qualidade aos usuários do SUAS.

### **Vulnerabilidade relacionada aos direitos das crianças dos adolescentes**

Esta categoria se constitui no sentido de que os educadores sociais apresentaram nas entrevistas uma certa preocupação relacionada aos direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos. Eles percebem que as crianças e adolescentes poderiam estar ocupando mais espaços na comunidade, ou seja em alguns momentos eles compreendem que as crianças podem também estar vivenciando algumas situações de vulnerabilidade dentro do acolhimento.

*[...]”As crianças acolhidas na casa que eu trabalho, não participam de quase nenhum projeto da rede, quando a gente acompanha eles é para escola ou para algum atendimento de saúde”[...]*

*[...]”A maioria que participa de atividades é do azema que é aqui no lar mesmo!”[...]*

*[...]”O ambiente é restrito a casa, a gente não sai muito na rua com eles;”[...]*

[...]“Eles não participam de projetos na rede (fala baixinho) é mais em casa mesmo e com as coisas que já te falei dvd, em casa mesmo”[...]

” Eles precisavam de projetos como música, gente eu vejo um potencial nessas crianças, algo de funk de rapp isso é mais perto deles[...].

“[...]Eles já tiveram judô, capoeira, mas não foi muito tempo. Era muito bom, mas também era aqui no lar, eles precisam de coisas fora daqui”[...]

[...]”As crianças ficam sem atividades sem muitas motivações eu acho que e por isso que as vezes eles fogem”[...]

[...]” A gente passa as tardes em casa com eles, porque de manhã a maioria vai para a escola e na casa o que tem é uma televisão neh!”[...]

“[...] Os acolhidos ficam muito tempo em casa sem atividades. Acho muito ruim que alguns saem só para a escola.

O acolhimento institucional enquanto medida de proteção provisória tem a função de proporcionar atividades na comunidade e em rede aos acolhidos para que assim promova também sua autonomia. A partir das falas é possível identificar que o serviço apresenta dificuldade em inserir os acolhidos em atividades disponíveis na comunidade. Os educadores sociais entrevistados relataram que atualmente os acolhidos participam do azema que é um projeto que oferece atividades no contra turno escolar e que ocorre nos espaços da própria instituição, frequentam a escola e quando necessário estão inseridos em atendimento da rede de atenção à saúde. Ou seja a participação em projetos sociais e em oficinas é reduzida.

As legislações propõem que o acolhimento institucional deve estar localizado em áreas residenciais, deve preservar os vínculos familiares e comunitários, manter interlocuções com a Justiça da Infância e da Juventude, obter ambiente que favoreça ao desenvolvimento dos acolhidos, preparar gradativamente para o desligamento, fortalecer e desenvolver autonomia e a inclusão do adolescente em programas para a qualificação profissional(Brasil,2009). Para isso ocorrer é necessário buscar um trabalho em conjunto com a rede sociassistencial, onde o acolhimento institucional é um dos serviços dentro do SUAS de alta complexidade mas que deve estar em constante articulação com os diferentes níveis de Proteção Social (Silva & Motta, 2013Benetti & Calcing, 2014;;Arpini, 2016). Se os diferentes serviços de proteção

continuarem a fragmentar seu trabalho as crianças e adolescentes continuaram inseridas em um sistema vulnerável(Sanicola,2015). Por esse fator, é necessário fortalecer a rede de proteção, os atendimentos e a responsabilização sobre essas ações, para que assim as crianças e adolescentes possam estar inseridos em mais espaços(Arpini,2016). As crianças e adolescentes foram acolhidos pois seus direitos foram violados, então a instituição de acolhimento junto de seus diferentes profissionais tem a responsabilidade de promover espaços de transformação social.

Isso significa que todo o profissional envolvido nas políticas públicas de proteção social tem a função de promover ações protetivas (Moreira,2016). Dessa maneira fica claro que as ações da instituição para com as crianças e adolescentes precisam ser pautadas por intervenções que os legitimem, ou seja através de ações pautadas no comprometimento e na corresponsabilização por parte de todos(Sanicolla,2015). Desse modo, é papel da instituição e de todos os profissionais buscar ações, que integrem os acolhidos à comunidade, para que tenham autonomia. Pois o fato destas crianças e adolescentes não estarem inseridas na comunidade pode ser uma forma de promover mais tempo a eles na medida de proteção e assim continuar fomentando situações de vulnerabilidade.

A efetivação das funções dos diferentes serviços da rede de atendimento só se tornará satisfatória quando ocorrer comunicação e articulação, ou seja quando os equipamentos passarem a perceber que um necessita do outro para que seu trabalho seja realizado de forma completa(Sanicolla,2015). Por meio das entrevistas com os participantes deste estudo percebe-se que as crianças que encontram-se no acolhimento acabam por continuar na invisibilidade. Isso significa que continuam sendo percebidos como sujeitos problemas. Assim a instituição extrapolando nas ações básicas como higiene, alimentação e não focando em ações que também promovam a autonomia dos acolhidos.

Compreende-se que a instituição pesquisada encontrava-se em um momento de transição pois a pouco tempo o reordenamento foi implementado. No entanto principalmente por essa mudança e para que de fato se efetivem as políticas públicas de proteção social é fundamental que as crianças e adolescentes sejam inseridos na comunidade, pois acredita-se que é também pela inserção em projetos e oficinas, por exemplo que se estará resignificando a vida dessas crianças e adolescentes. Se as crianças e adolescentes não estiverem inseridos na comunidade, não trabalhar seu desenvolvimento, autonomia e a transformação em suas vidas a medida de proteção será configurada como mais um lugar que proporciona vulnerabilidade a

quem já sofreu algum tipo de violência. Para assegurar os direitos dos acolhidos é fundamental que sejam promovidos por toda a rede de proteção do SUAS. Pois assim os profissionais terão condições de exercer a promoção de direitos como o SUAS prevê (Pereira, Freitas & Dias, 2016).

### **Considerações Finais**

Este estudo qualitativo objetivou compreender a percepção dos educadores sociais sobre as vulnerabilidades que ocorrem no acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Participaram do estudo 11 educadores sociais com idades entre 25 e 50 anos, com tempos de trabalho entre menos de um mês até cerca de cinco anos de trabalho. As informações foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas nas dependências da instituição de acolhimento. As análises das informações tiveram como base o modelo teórico da Grounded Theory ou Teoria Fundamentada dos Dados (TFD).

Os resultados deste estudo acabaram por identificar pelo menos três tipos de vulnerabilidades encontradas no acolhimento institucional de crianças e adolescentes sendo eles relacionadas as condições e organização de trabalho, a recursos do SUAS e aos direitos das crianças e adolescentes. Nesse sentido pode-se então dizer que a medida de proteção ainda encontra-se um pouco frágil pois estas vulnerabilidades estão presentes na medida de proteção, não se obtendo muitos mecanismos para o desenvolvimento do trabalho como um todo.

Percebeu-se que os educadores ainda encontravam-se em adaptação com o reordenamento institucional, salientando que o trabalho estava diferente e sobrecarregado porque com a reformulação crianças de ambos os sexos diferentes idades encontrarem-se, agora, nas mesmas casas. Os educadores sociais entrevistados compreendiam seu papel na medida de proteção e ressaltaram perceber que as vezes não se desenvolve como deveria. Nesse sentido os educadores sociais percebem fragilidades no acolhimento que acabam por prejudicar seu trabalho pois existe pouco condição e organização do trabalho, poucos recursos que acabam por prejudicar um espaço que deve promover proteção integral aos acolhidos.

O intuito deste estudo é o de chamar atenção para as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, pois tem papel significativo no desenvolvimento dos acolhidos. A academia tem cada vez mais se aproximado destas instituições o que se compreende como

positivo e necessário para estes locais que trabalham diretamente com o desenvolvimento de crianças e adolescentes o que pode vir a deixar marcas significativas na vida dos acolhidos.

Ainda assim percebe-se a necessidade de mais estudos direcionados a esta área. Salienta-se assim que se deve promover cursos, estudos e capacitações para todos os agentes transformadores do acolhimento de crianças e adolescentes para que se desenvolva um melhor trabalho e assim possa-se perceber que o acolhimento mais protege do que também promova algum tipo de vulnerabilidade.

## Referências

Abaid, J. L. W.; Siqueira, A. C. & Dell’Aglia, D. D. (2012). Implicações Legais e desenvolvimentais no acolhimento institucional: possibilidades e desafios em uma perspectiva psicológica. In: Arpini; D. M. & Siqueira, A. C. (org). *Psicologia Família e Leis: desafios à realidade brasileira*. Santa Maria: Editora UFSM. p. 71-102.

Arpini. D.M(2016). Proteção social de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. In: Moreira;J.d.O, Moreira;M.J.G.S. Oliveira; R.T(Org).*Estatuto da criança e do adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades*- Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP. p.120-130.

Arpini.D.M(2016).O papel de mediador do educador\cuidador da casa de acolhimento institucional. In: Moreira.M.I.C, Passos, A.P.C.P.P, Almeida.V.d.P.(org).*Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional*. 1 ed Curitiba, PR: CRV, p.113-130.

Brasil. (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei nº8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome,2004.

Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Conselho Nacional de Assistência Social-CONANDA. Brasília.

Brasil. (2010). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília, DF

Barros, N.S., Naiff, L.A.M. (2015). Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. *Rev. Estudos e Pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, RJ, v.15, n.1, p.240-259.

Bazon, R. M. & Alves M. M. Z. (2000). A transformação de monitores em educadores: Uma questão de desenvolvimento. *Psicologia . Reflexão Crítica*. vol 13 n(1).

Benetti, S. P. d. C. & Calcing, J. (2014). Acolhimento institucional: um olhar sobre a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade. In: Arpini, D. M.; Cúnico, S. D. (Orgs.) *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Curitiba:Juruá.

Brito, V. C. & Souza, C. J. (2011) Qualidade de vida dos educadores sociais em abrigos de proteção a crianças e adolescentes. *Psicologia Teoria e Prática*, vol 13 n (1), p. 89-100.

Carneiro,C.B.L.;Veiga,L.O *conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cordenação da Política Social, jun.2004

Couto, B. R.; Yazbek, M. C.; Raichelis, R. A. (2010). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez

Dias.M.D.d.A. A saúde do trabalhador da casa de acolhimento institucional. In: Moreira.M.I.C, Passos, A.P.C.P.P, Almeida.V.d.P.(org).*Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional*. 1 ed Curitiba, PR: CRV, p.95-112.

Engler. J. E(2012). *As tendências sobre a realidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes um olhar a partir das produções acadêmicas do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis.

Fleury.M.T.L. (2011). Construindo o conceito de competência. *Revista de administração contemporâneo*. v.5 Curitiba.

Martines WRV, Chaves EC. Vulnerabilidade e sofrimento no trabalho do agente comunitário de saúde no Programa de Saúde da Família. *Rev Esc Enferm USP*. 2007;41(3):426-33.

Moreira;M.I.C(2016). Proteção social de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional: contam-se histórias (estórias) no abrigo?. In: Moreira;J.d.O, Moreira;M.J.G.S. Oliveira; R.T(Org).*Estatuto da criança e do adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades*- Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.p.148-158.

Moreira,M.I.C(2016a) . Trabalhadoras e trabalhadores nas casas de acolhimento institucional: diagnósticos e perspectivas. In: Moreira.M.I.C, Passos, A.P.C.P.P, Almeida.V.d.P.(org).*Cuidar de quem cuida: trabalhadoras e trabalhadores no acolhimento institucional*. 1 ed Curitiba, PR: CRV, p.15-42.

Oliveira, F. I.; Amorin, O. M. K.(2006) Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia e Argumento*, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566.

Pereira,V.T., Freitas,C.R. Dias.D.D.(2016). Violação de direitos no SUAS: a precarização da vida. *Rev Polis e Psique* junho vol.6 no.2 Porto Alegre

Raichelis, R. (2010). Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 750-772.

Romagnolli, C.R.(2015). Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. *Psic em Estudo*. V.20, n.3. Maringá.

Rizzini, I. Rizzini, I.(2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso Histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio.

Sanicola.L(2015).Os cuidados comunitários e a intervenção em rede. In:Penso,M.A;Costa.L.F.(org). *Infância e adolescência abandonada: acolhimento institucional no Distrito Federal*. Jundiaí. Paco Editora.p.83-96.

Silva, E. R. A. (2004). *Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária*. Brasília: IPEA

Silva, S. L. Motta, R. F. (2013). A rede socioassistencial através de uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. *Disciplinarum Scientia*, v. 14, p. 273-289.

Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.

Santos. J.L.G. Vieira.M. Cardoso.L.F. Gomes.A.D. Meirelles.B.H.S, Santos.S.M.A.(2012) Risco e Vulnerabilidade nas práticas dos profissionais de saúde. *Rev. Gaúcha Enferm.* Vol.33, n.2. Porto Alegre-RS.

## Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo principal compreender o significado atribuído acerca da proteção pelos educadores sociais do acolhimento de crianças e adolescentes. Optou-se pela realização de dois estudos. Estudos de cunho descritivo exploratório e com metodologia qualitativa. Participaram 11 educadores sociais com idades entre 25 à 50 anos. O estudo 1 teve como objetivo compreender a proteção no acolhimento de crianças e adolescentes. O estudo 2 teve como objetivo as vulnerabilidades relacionadas ao acolhimento institucional.

No estudo 1 pode-se perceber que o acolhimento institucional enquanto medida de proteção se configura por meio de um sistema amplo é muito dinâmico. Os educadores sociais são os profissionais que estão ligados diretamente com a medida de proteção, pois exercem os diferentes cuidados ao público acolhido. Por meio das entrevistas acaba-se por perceber que estes profissionais destacaram sentirem-se por vezes não cumprindo com plena eficiência suas atribuições de proteção. Por esse motivo no estudo 1 destaca-se a importância e a necessidade da realização de formações continuadas, deve-se investir mais nos profissionais bem como por meio da implementação de formações e capacitações na rotina de trabalho dos profissionais, pois percebeu-se que a dinâmica de trabalho dos educadores é elevada assim não se tendo tempo para cursos e formações fora do horário de trabalho.

Os educadores sociais destacam que em muitos momentos a proteção no acolhimento é promovida apenas por meio das atividades de necessidades básicas como alimentação, higienização estes relataram também promover ações de cunho afetivo as crianças e adolescentes pensando em seu melhor desenvolvimento mas ao mesmo tempo relataram não se sentirem preparados para a separação, no sentido de quando as crianças e adolescentes voltam a seu convívio familiar e comunitário. Nesse contexto alguns educadores usando como estratégia de trabalho a não vinculação com as crianças e adolescentes. Os educadores relataram compreender a proteção por meio de ações de cuidado e amparo, mas ainda não se sentem completamente preparados para exercem com plena eficiência esta função.

Nesse sentido compreende-se a proteção como uma tarefa frágil no acolhimento institucional. Diante deste resultados pode-se referir que o estudo 2 desta dissertação acaba por destacar as vulnerabilidades do acolhimento institucional. Assim a partir dos resultados do segundo estudo podem-se destacar vulnerabilidades relacionadas as condições de trabalho, aos recursos para realizar as atividades no acolhimento e a vulnerabilidades relacionadas as crianças e adolescentes. Diante dos achados deste estudo relacionados as vulnerabilidades destaca-se que o acolhimento institucional em alguns momentos promove espaços de vulnerabilidades tanto as crianças e adolescentes acolhidos como para os educadores sociais.

Nesse contexto então mais uma vez salienta-se a importância de que a proteção deve ser promovida tanto as crianças quanto aos educadores, ou seja os educadores sociais necessitam de mais mecanismos para que possam promover proteção as crianças e adolescentes e assim a medida de proteção ser um período que deixe marcas significativas no desenvolvimento dos acolhidos .Pois neste momento pode-se evidenciar que os educadores sociais não tem condições plenas de oferecerem a proteção por meio de suas atividades, por isso existem momentos que o acolhimento protege todavia momentos que promove também vulnerabilidades, não esquecendo que este serviço deve promover proteção integral.

## Referências

- Bauer, M. W., Gaskell, G. & Allum, N. (2008). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 17-36, 7ª ed., Trad. Pedrinho Guareschi). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Conselho Nacional de Assistência Social-CONANDA. Brasília.
- Charmaz, K. A. (2009). *Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flick, U. (2005). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais(1995). *Revista de Administração* v.35 n.3. P.1-10
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo Demográfico 2010. Brasília. DF
- Minayo, M. C.de S. (1996) *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 4. ed. São Paulo.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2008). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (27a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12a ed.). São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Tarozzi, M.(2011). *O que é grounded theory: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados*. Petrópolis, RJ: Vozes

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE (A)

### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome: (Iniciais)

Idade:

Sexo:  Feminino

Masculino

Escolaridade:  1º Grau  2º Grau  3º Grau  Superior Incompleto

Superior Completo  Pós Graduação

Formação Complementar:

Instituição:

Cargo:

Tempo de trabalho:

- 1) Você poderia me contar como chegou a vir trabalhar nesta instituição?
- 2) Como é a sua rotina de trabalho?
- 3) Que tipo de atividades você desenvolve com as crianças e adolescentes acolhidos?
- 4) Quais são as facilidades e dificuldades do seu trabalho?
- 5) Se existem dificuldades você usa de algumas estratégias para melhorar seu trabalho?
- 6) Como você percebe seu ambiente de trabalho?
  
- 7) Como são as relações entre os demais profissionais na instituição de acolhimento para crianças e adolescentes?
  
- 8) Como você percebe a relação dos demais profissionais com as crianças e adolescentes?
  
- 9) Como você percebe seu conhecimento sobre as legislações que regem um acolhimento institucional?
  
- 10) Para você quais são as funções de um educador social?
  
- 11) Como é a chegada de uma criança ou adolescente ao acolhimento institucional?
- 12) Como você percebe a chegada das crianças até um serviço de acolhimento institucional?
- 13) Para você quais são as funções de uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes?
  
- 14) Como é trabalhado com a criança ou adolescente seu desligamento da instituição?
  
- 15) Para você o que é proteção?
  
- 16) Para você qual o tipo de proteção é oferecido as crianças e adolescentes?

**APÊNDICE (B)**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Data: \_\_\\_\_\2016.

Presado(a) Participante

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo investigar as instituições de acolhimento institucional e assim perceber como ocorre a proteção a crianças e adolescentes acolhidos. Participarão deste estudo os educadores sociais que desenvolvem atividades profissionais no Acolhimento Institucional da cidade de Santa Maria/RS,. Os dados serão coletados através de uma entrevista semiestruturada que será agendada no melhor dia e horário do participante, e terá duração aproximada de 1 hora e 30 min. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Considerando a técnica a ser utilizada para a realização desta pesquisa, bem como o fato de que esta não tem por objetivo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, julga-se, portanto, a existência de riscos mínimos para os participantes. Contudo, caso sejam identificadas situações de desconforto psicológico, suscitado pela pesquisa, as pesquisadoras responsabilizar-se-ão por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, encaminharão a participante a um serviço de atendimento psicológico. Os benefícios para as participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pelas pesquisadoras e das possíveis mudanças qualitativas decorrentes da reflexão sobre o tema. Todo o material coletado será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia/UFSM, sendo destruído após cinco anos da finalização da pesquisa.

Agradecemos a colaboração dos participantes e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora responsável do projeto na UFSM, Profa. Dra. Samara Silva dos Santos, que pode ser contatada. Os contatos do Comitê de Ética<sup>4</sup> em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 2º andar – Sala do Comitê de Ética –Camobi– Santa Maria; telefone: (55) 3220-9362.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Nome do Participante .

---

Assinatura

---

Pesquisador

---

Pesquisador responsável

Profª Dra Samara Silva dos Santos

---

<sup>4</sup> Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato : Comitê de Ética em pesquisa –UFSM-Cidade Universitária- Bairro Camobi, Avenida Roraima nº 1000- CEP- 97.105.900 Santa Maria, RS Telefone (55) 3220-9362.

Email: [comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br](mailto:comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br). Web: [www.ufsm.br/cep](http://www.ufsm.br/cep)

**APÊNDICE (C)****Termo de Confiabilidade**

**Pesquisa:** EDUCADORES SOCIAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Profª responsável:** Profª Drª Samara Silva Dos Santos

**Instituição\Departamento:** UFSM\Psicologia

**Telefone para contato:** (55) 32209231

**Local coleta de dados:** Instituição de acolhimento –Lar de Miriam

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes, cujos dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas as quais serão gravadas em áudio. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas únicas exclusivamente para a execução desta pesquisa. As informações somente poderão ser divulgadas anonimamente e serão mantidas no Departamento de Psicologia situado na Avenida Roraima , nº 1000, prédio 74 B sala 3210, CCSH, Campus Universitário, por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Profª Pesquisadora Drª Samara Silva dos Santos. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi aprovado e revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, com o número do CAAE\_\_\_\_\_

Santa Maria, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

---

Samara Silva dos Santos

Professora do Departamento de Psicologia

---

Suélem Lopes Silva

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia UFSM

**APÊNDICE (D)****AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Projeto: EDUCADORES SOCIAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pela presente autorização, declaro que fui informado(a) de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente projeto intitulado “EDUCADORES SOCIAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES” Esta pesquisa tem por objetivo compreender de que forma as instituições acolhimento institucional para crianças e adolescentes, promovem a proteção a crianças e adolescentes. Para atingir esses objetivos serão realizadas entrevista e a aplicação de um questionário com os educadores sociais da instituição. Os instrumentos incluirão questões relacionadas às atividades desenvolvidas na instituição e sobre atuação, inserção e formação dos educadores sociais.

Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa, bem como a utilização dos dados coletados por esta em eventos acadêmicos e/ou publicação de artigos em revistas científicas respeitando as considerações contidas no Termo de Confidencialidade.

Entendo que o Departamento de Psicologia manterá em sigilo a identidade dos participantes, sendo que os dados coletados serão arquivados na referida instituição, sob responsabilidade da pesquisadora –orientadora do projeto, Dr<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos. Todo material desta pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, situado na Avenida Roraima, nº1000, Prédio 74B sala 3210, CCSH, Campus Universitário, Bairro Camobi, Santa Maria, RS.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Assinatura do responsável